

## Movimentos sociais rurais na constituição da categoria agricultura familiar na Argentina

### RESUMO

Agricultura familiar, termo que tem tido sua utilização ampliada nos países do Mercosul e da América Latina, tem no Brasil importante impulsionador dessa difusão, com usos no campo das políticas públicas, bem como entre pesquisadores e movimentos sociais rurais. Na Argentina, a institucionalização dessa categoria na esfera do estado é atribuída ao protagonismo brasileiro na criação, no ano de 2004, da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar – REAF –, instância oficial do Mercosul. Mas, desde a primeira metade dos anos 1990, uma forte relação entre organizações representativas de agricultores dos países já estava em andamento e a fundação da Coordenadora das Organizações de Produtores Familiares do Mercosul – Coprofam – é expressão daquelas iniciativas em curso. O diálogo entre as organizações e movimentos sociais rurais dos quatro países subsidiou a atuação interna, no âmbito dos estados nacionais, dessas organizações e movimentos. A constituição, na Argentina, da Mesa Nacional de Organizações de Produtores Familiares, em 1995, ocorre no âmbito deste diálogo. Com base na análise de documentos produzidos por essas instâncias de articulação, este trabalho procura apresentar alguns elementos deste processo de diálogo estabelecido, evidenciando o esforço conduzido que encontra no termo agricultura familiar a expressão de projetos compartilhados.

**PALAVRAS-CHAVE:** agricultura familiar; movimentos sociais rurais; políticas públicas; Mercosul; REAF.

Regis da Cunha Belem

[regis.belem@unila.edu.br](mailto:regis.belem@unila.edu.br)

Universidade Federal da Integração  
Latino-Americana-Unila. Foz do Iguaçu,  
Paraná. Brasil.

## 1 INTRODUÇÃO

Embora a incorporação do termo agricultura familiar no debate público argentino seja identificada por diversos autores<sup>1</sup> como expressão da atuação do Brasil no âmbito do Mercosul, especialmente pelo protagonismo de seu governo na criação da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar – REAF, no ano de 2004, essa incorporação é resultado de um processo mais longo e complexo. O desenvolvimento do acúmulo realizado no Brasil, e que resultou na conformação dessa noção, ocorreu em diálogo com atores sociais na Argentina (bem como no Uruguai e no Paraguai), ao menos com alguns setores localizados nas organizações e nos movimentos sociais rurais, na academia e mesmo em setores da estrutura governamental. Esse diálogo serviu para definir campos de possibilidades, unificar compreensões, estabelecer eixos e bandeiras para atuação junto às estruturas governamentais nacionais e regional (Mercosul). As organizações e os movimentos rurais, principalmente, mantiveram forte articulação ao longo dos anos 1990.

A atuação do governo brasileiro por meio do Mercosul (e da REAF) foi fundamental por proporcionar a “roupagem oficial” a um processo já em curso, fortalecendo posições presentes entre os movimentos e pensadores do rural.

A inserção das questões relativas à agricultura familiar no âmbito multilateral regional permitiu o fortalecimento de posições minoritárias no âmbito interno, nacional. Assim, este movimento de inserção foi fundamental para o reconhecimento estatal da categoria agricultura familiar. No caso da Argentina, a criação da REAF desencadeou um rápido processo de internalização daquelas diretivas, contando com o apoio e o protagonismo de setores governamentais. O tema passa então a compor a “agenda oficial” – logo, considerada legítima –, se não do conjunto da estrutura governamental setorial, pelo menos de parcelas dessa estrutura que ou já estavam convencidas do acerto desse caminho ou rapidamente aderem a essa perspectiva.

Neste artigo, propomos evidenciar alguns elementos, características, eventos, presentes no início do desenvolvimento desse processo, na década anterior à criação da REAF (1994-2004), e que resultou na constituição da categoria agricultura familiar na Argentina<sup>2</sup>.

Para tanto, percorreremos um pouco da história argentina, ressaltando o processo de ocupação do pampa por parte de emigrantes europeus, com o estabelecimento de uma agricultura e pecuária de exportação, bem com o surgimento de movimentos rurais reivindicativos nos primórdios do século XX. Na sequência, situaremos o início do debate sobre agricultura familiar na Argentina, com destaque para a criação e atuação da Mesa Nacional de Organizações de Produtores Familiares, suas relações internas entre a Federación Agraria Argentina e demais organizações rurais; o processo de diálogo estabelecido entre a Mesa Nacional, a FAA e demais organizações rurais com as organizações congêneres dos

<sup>1</sup> Ver, por exemplo: Craviotti (2013); Gisclard, Allaire e Cittadini (2015); Castro (2020).

<sup>2</sup> Este artigo corresponde a um capítulo da tese de doutorado, intitulada “A construção da categoria agricultura familiar no Mercosul: um estudo a partir dos casos do Brasil e da Argentina” (2018), elaborada pelo autor junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Parte da discussão constante no artigo foi apresentada no grupo de trabalho “A multisetorialidade do rural: ação pública, dinâmicas e atores correspondentes”, do VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais (2018).

demais países membros do Mercosul, organizadas no âmbito da Coordenadora das Organizações de Produtores Familiares do Mercosul (Coprofam)<sup>3</sup>.

## 2 Um pouco de história da Argentina

A imagem de Argentina “moderna” presente para nós, brasileiros, e que representa um esforço nacional de construir-se como nação, é um processo recente: retrata uma faceta do país vizinho que começou a se esboçar desde o último quarto do século XIX. O período colonial do território hoje identificado como Argentina esteve associado a uma dinâmica dada pelo eixo Peru–Bacia do Prata, na qual as riquezas da região andina eram escoadas através dos rios que conformam a referida bacia. Compondo o que foram as unidades político-administrativas da Espanha na América, o Vice-Reino do Peru, que foi, posteriormente, desmembrado para constituir o Vice-Reino do Rio do Prata, não tinha como centro de sua dinâmica social e econômica a cidade de Buenos Aires ou sua região pampeana, onde se encontra inserida. As cidades de Jujuy, Salta, Tucumán e Córdoba compunham o eixo que representava o dinamismo do empreendimento colonial do período (século XVIII).

Após o movimento independentista e a constituição da república (1816), desenvolveu-se um período em que as elites locais buscaram se definir enquanto nação. É uma referência deste processo a ocupação do território da nova república por meio de ações militares, em que a campanha da Conquista do Deserto (1879) é emblemática (região patagônica e pampeana). Como o próprio nome sugere, a campanha parte da premissa – melhor, talvez, constrói a premissa – de que se tratava de um espaço demográfico vazio. Como, efetivamente, tratava-se de um território ocupado por diversos povos originários (tal como os Mapuches), a campanha militar foi realizada para promover o extermínio dessas populações, abrindo espaço para a construção da Argentina moderna. A Guerra do Paraguai também contribuiu para esses propósitos (1864-1870), possibilitando à Argentina incorporar parte do território paraguaio (atual província de Formosa, ao norte).

A Conquista do Deserto serviu para “esvaziar” a região pampeana, possibilitando a abertura à imigração europeia para a região, notadamente italianos e espanhóis. À época, o recente surgimento da inovação tecnológica dada pela possibilidade de emprego de navios frigoríficos para o carregamento de carnes no transporte oceânico de longo percurso, permitiu a ampliação do comércio de carne bovina entre a região pampeana e a Europa.

Cabe considerar a contribuição de Harriet Friedmann e Philip McMichael<sup>4</sup>, que abordam a constituição dos regimes alimentares mundiais (food regimes<sup>5</sup>), e

<sup>3</sup> A pesquisa de resgate do início do debate sobre agricultura familiar na Argentina, tema deste artigo, que evidencia a atuação da Mesa Nacional de Organizações de Produtores Familiares, baseou-se, fundamentalmente, em pesquisa documental, orientada pela interlocução com um ator-chave do processo. Questões suscitadas pela pesquisa documental realizada, e que demandaria a identificação e busca dos diversos atores sociais que atuaram no processo, visando o aprofundamento das percepções e compreensões presentes à época – passados quase três décadas desde então –, compõem a agenda de retomada da pesquisa, que venceu uma primeira etapa.

<sup>4</sup> Ver, entre outros trabalhos dos autores, Friedmann; McMichael (1989) e Friedmann (2005).

<sup>5</sup> A primeira proposição do conceito de *food regime* foi realizada por Harriet Friedmann, em artigo publicado em 1987 [FRIEDMANN, Harriet. International regimes of food and agriculture since 1870. In: SHANIN, Teodor (ed.). **Peasants and**

exploram a relação entre o processo de industrialização europeu do século XIX e a formação do sistema de Estados modernos com a agricultura das colônias (settler agriculture), independentes ou não. Sob a hegemonia britânica, esses estados cumpriram um importante papel ao suprir o crescimento do proletariado europeu com alimentos baratos e constituir um novo tipo de mercado sob uma nova ordem internacional. No caso exemplar dos Estados Unidos, o complexo agroalimentar que daí emerge constrói as bases da hegemonia americana do século XX, tanto pela capacidade de exportação de grãos e ajuda alimentar quanto pela transformação da agricultura em um setor da indústria, em que as “corporações estadunidenses conduzem o processo de acumulação transnacional no qual é restringida a capacidade dos estados nacionais regularem sua produção e mercado domésticos” (FRIEDMANN; McMICHAEL, 1989, p. 94).

Segundo os autores:

Nós organizamos nosso argumento em torno do conceito de regime alimentar, o qual articula relações internacionais de produção e consumo de alimentos em formas de acumulação, distinguindo períodos de transformação capitalista desde 1870 [...] (FRIEDMANN; McMICHAEL, 1989, p. 95, grifos nossos, tradução nossa).

Em suma, para os autores, o conceito permite identificar “períodos estáveis de acumulação de capital associados com configurações particulares de poder geopolítico, condicionado por formas de produção agrícola e relações de consumo com e por meio de espaços nacionais” (McMICHAEL, 2005, p. 139)<sup>6</sup>.

Na expressão mais recente da abordagem dos food regimes, elaborada por Friedmann (2005), consta que desde os anos 1870 foram constituídos três regimes alimentares (globais), quais sejam:

---

**peasant societies.** Oxford: Basil Blackwell, 1987. p. 258-276.]. Resultado de pesquisas conduzidas pela autora nas quais estudou a nova ordem alimentar internacional do pós-Segunda Guerra e o papel do programa estadunidense de ajuda alimentar como arma geopolítica no contexto da Guerra Fria. Após uma formulação mais sistematizada, a proposição foi apresentada em artigo conjunto com Philip McMichael, e publicada em 1989 na *Sociologia Ruralis* (FRIEDMANN; McMICHAEL, 1989). Esta perspectiva teórica tem seus fundamentos na Teoria da Regulação Francesa e na Teoria do Sistema Mundial, com seus respectivos expoentes, Michel Aglietta e Immanuel Wallerstein. (McMICHAEL, 2009, p. 144; McMICHAEL, 2013, p. 01). Em sua introdução ao artigo referencial da abordagem – Friedmann e McMichael (1989) –, os autores apresentam a intenção de tratar do papel da agricultura no desenvolvimento da economia capitalista mundial e sua relação com a trajetória do sistema-estado no período pós-1870. Aqui, ênfase a atenção dada ao exame da pressuposição identificada nas tentativas de construir as agriculturas nos países de Terceiro Mundo, especificamente o ideal de economia nacional em que a agricultura e a indústria complementar-se-iam de maneira dinâmica. Em termos históricos, este teria sido o caso de apenas um país, os Estados Unidos, e, ainda, em um período específico. A relação agricultura e indústria forjando o desenvolvimento nacional em uma espiral virtuosa foi utilizada como modelo teórico para os países periféricos no período pós-guerra, pelas teorias desenvolvimentistas (em um contexto de hegemonia norte-americana) ou mesmo nas teorias da dependência. (FRIEDMANN; McMICHAEL, 1989, p. 93-95).

<sup>6</sup> Para Bernstein (2015), a periodização proposta pelos autores tem a clara influência da Teoria da Regulação e do trabalho de Aglietta (1979) [AGLIETTA, Michel. **A Theory of Capitalist Regulation.** London: New Left Books, 1979.].

- a) diaspórico-colonial (1870-1914);
- b) mercantil-industrial (1947-1973);
- c) corporativo-ambiental: em emergência.

Na formulação original, o primeiro regime alimentar foi caracterizado pela combinação de importações das colônias tropicais para a Europa com a importação de grãos (trigo) e gado (carne) das colônias ocupadas. De um lado, produtos oriundos de monocultivos tropicais; de outro, produtos de origem temperada, que serviram para abastecer a emergente classe operária europeia, sobre-explorando os recursos naturais do Novo Mundo. (McMICHAEL, 2009, p. 141)

O regime alimentar Diaspórico-colonial (1870-1914) teria se desenvolvido em resposta aos movimentos da classe trabalhadora europeia. Para garantir a oferta de alimentos a baixos preços para a população urbana europeia (operariado), novas regiões agrícolas em outros continentes foram incorporadas (EUA, Austrália, Argentina), contando com a emigração em massa de agricultores da Europa para essas regiões. Como resultado, entre outros, esse processo teria possibilitado o surgimento de uma classe de agricultores familiares comerciais, fortemente orientados ao mercado.

A esta interpretação, desenvolvida com base em uma visão centrada na Europa, podemos agregar uma expressão local, a partir dos debates sobre o projeto de nação a ser construído, conduzido pelas elites nacionais. Tal como no Brasil, aqui também está presente a visão de que o perfil populacional não é adequado a um desenvolvimento que reproduzisse os processos europeus. Na Argentina, a necessidade de uma alteração do perfil étnico da população foi tema corrente no século XIX e princípios do século XX. E a campanha militar da Conquista do Deserto foi uma iniciativa para frear – com base no extermínio dos povos originários – a ampliação daquela característica do novo Estado nacional, transformando-o a partir da imigração de população europeia de origem espanhola e italiana.

Então, uma Argentina construída como se fosse apenas Buenos Aires e seu entorno pampeano, com sua agricultura e pecuária (trigo; gado de raças europeias de corte e ovinos de lã), desenvolve-se a partir dos anos 1870<sup>7</sup>.

As levas de imigrantes espanhóis e italianos ocupam o território do Pampa e a cidade de Buenos Aires. Na região pampeana, estes agricultores se dedicam à pecuária e à agricultura.

Dois grandes momentos são possíveis de identificação na ocupação do território do pampa. O primeiro, com o processo de colonização conduzido pelo Estado, com a disponibilização de terras a preços baixos; o segundo momento, com a ocupação conduzida majoritariamente por empresas colonizadoras privadas, quando houve uma acentuada alta no preço da terra. Como resultado do esgotamento deste modelo e a ocupação daquela fronteira agrícola, teremos uma grande diferenciação entre, de um lado, os imigrantes pioneiros, que chegaram à Argentina nos anos seguintes a 1870 e adquiriram terras a um preço baixo e, de outro lado, os imigrantes que chegaram depois de 1900 e não conseguiram adquirir terras, passando a trabalhar em terras arrendadas de grandes

latifundiários ou de intermediários que as arrendavam do terrateniente. (BIDASECA, 2005, p. 59-60)

Bidaseca (2005), citando Hora (2002), descreve:

Recientemente, Hora (2002) ha señalado el grado de porosidad que caracterizaba a la elite en estas primeras etapas, en las que el bajo precio del suelo aseguró el ingreso a la clase alta y la actuación en el mundo público de los inmigrantes pioneros. Sin embargo, señala el autor, las biografías sobre el vertiginoso ascenso social de los primeros inmigrantes se volvieron excepcionales a partir de 1880, fundamentalmente por el elevado precio de la tierra. Su proceso de valorización contribuyó a moldear las características de la estructura agraria pampeana y de sus actores. Según Hora, “la combinación de un alza de la renta de la tierra y de un aumento de la oferta de fuerza de trabajo tuvo un efecto devastador sobre la capacidad de negociación de las clases subalternas (Hora, 2002: 207). (BIDASECA, 2005, p. 59)

Será neste contexto de uma sociedade constituída por agricultores imigrantes espanhóis e italianos e seus primeiros descendentes, com desenvolvimento de uma agricultura e pecuária orientadas ao exterior (de exportação), que terá lugar o surgimento do que é hoje a Federación Agraria Argentina e o seu mito de origem, seu evento fundador: o Grito de Alcorta.

No dia 25 de junho de 1912, na localidade de Alcorta, província de Santa Fé, região do pampa argentino, teve início um forte movimento de arrendatários que reivindicava alterações nos termos dos contratos de arrendamento vigentes, movimento este que mobilizou em torno de cem mil agricultores – ou, colonos, segundo o termo empregado à época.

Na Argentina, até os dias de hoje o Grito de Alcorta é referido como evento que expressa um basta às condições consideradas injustas por parte daqueles setores marginalizados do campo.

Karina Bidaseca (2005), em sua tese de doutoramento denominada Colonos Insurgentes: discursos heréticos y acción colectiva por el derecho a la tierra, aborda o contexto em que é deflagrada a mobilização, buscando evidenciar aspectos culturais presentes naquele tempo e lugar, para além, então, das análises mais tradicionais de cunho economicista, pela autora considerado um fator necessário, mas não suficiente para explicar a ação coletiva. (BIDASECA, 2005, p. 56)

Partindo da análise da expansão agrária na região pampeana, ocorrida entre o final do século XIX e início do século XX<sup>8</sup>, a autora se detém no caso da província de Santa Fé para, inspirada em Edward P. Thompson, buscar compreender o mundo da vida naquelas colônias, desenvolvendo uma compreensão que a leva a cunhar o termo “tradição da dissidência”. (BIDASECA, 2005, p. 57)

Como vimos, hacia fines de siglo y a comienzos del nuevo, la “fisura” del orden hegemónico expresada en la Revolución de

<sup>8</sup> O período 1880-1930 é considerado como de grande expansão e extraordinário crescimento econômico (BIDASECA, 2005, p. 58).

1890<sup>[9]</sup> y una de sus mayores aspiraciones, la Ley Sáenz Peña de 1912<sup>[10]</sup>, instaló un nuevo discurso que va a ser resignificado por los arrendatarios en términos de derechos. La efervescencia del movimiento obrero, la circulación de los discursos anarquistas y socialistas, como asimismo el discurso de la doctrina cristiana propulsada por los conductores del movimiento, introdujeron nuevos elementos para comprender la constitución del antagonismo. Mi hipótesis es que estos “exteriores discursivos” (Laclau y Mouffe, 1987) permitieron a los arrendatarios percibir críticamente la situación de subordinación y su paso a experimentar una situación de opresión, y poder, de esa forma, articular los reclamos en términos de derechos.

He notado que la protesta hunde sus raíces en la tradición de la disidencia y, especialmente haber resaltado la actuación de los colonos inmigrantes en el movimiento por las comunas autónomas de fines del siglo XIX, indica un antecedente sobresaliente para comprender la construcción del antagonismo. Sin embargo, pasaron algunas décadas hasta que los actores pensaran llevarlas a la práctica. (BIDASECA, 2005, p. 98, grifos nossos)

Na perspectiva da autora, faz parte dos antecedentes do movimento, a demanda por participação nos rumos da política local, expressa na lei que instituiu esta participação<sup>11</sup>.

O Grito de Alcorta ocorre poucos meses antes da eleição em Santa Fé – primeira província com eleições no âmbito da nova lei, na qual é eleito um governador da União Cívica Radical que apoiará as demandas do movimento e pressionará os latifundiários para aceitar as reivindicações.

Precisamente, el Grito de Alcorta aconteció pocos meses antes de que Santa Fe fuera la primera provincia que eligiera a sus autoridades con la nueva ley electoral. Autores como Solberg afirman que este nuevo contexto contribuyó a que el gobierno radical de Santa Fe adoptase una posición conciliadora frente a los arrendatarios en huelga y los terratenientes e influyó para que estos redujeran los cánones de arrendamientos. Esta actitud contrasta con el gobierno de la provincia de Buenos Aires donde la ley Sáenz Peña no había sido aún implementada (Hora, 2002: 216). (BIDASECA, 2005, p. 61)

No âmbito da atuação dos agricultores neste ciclo de protestos – referência de Bidaseca (2005) –, a direção do movimento convoca uma assembleia nacional de agricultores para ser realizada no dia 1º de agosto de 1912, na cidade de Rosário

<sup>9</sup> Insurreição com forte apelo popular contra o governo central, considerada o primeiro ato político de massas da história argentina contemporânea. Embora derrotada pelo governo, proporciona as condições para o surgimento dos partidos políticos que representariam as demandas dos setores populares, tais como a União Cívica, a União Cívica Radical, a União Cívica Nacional, o Partido Socialista, o Partido Comunista e a Liga do Sul. (BIDASECA, 2005, p. 60)

<sup>10</sup> Eleito presidente em 1912, Roque Sáenz Peña atende aos anseios de reforma e o acesso à vida política para amplos setores da população por meio da *Ley General de Elecciones*, determinando o voto secreto aos adultos do sexo masculino. (BIDASECA, 2005, p. 61)

<sup>11</sup> Aqui, reforça-se a observação do capítulo anterior, constante em nota, sobre a importância de incorporar a dimensão partidária e eleitoral na análise, não nos sendo possível, aqui, ir além do simples registro.

(Santa Fé), visando à constituição de uma organização sindical agrária. A convocação do evento a nomeava Federación Unión Agrícola, mas que será constituída com o nome de Federación Agraria Argentina. (BIDASECA, 2005, p. 103)

Bidaseca (2005) destaca o discurso de abertura da referida assembleia, onde Francisco Netri, advogado que assessorava o movimento e que presidiu a reunião, utiliza o termo chacarero para designar esses sujeitos, até ali referidos como campesinos ou colonos.

Irrumpe en ese momento discursivo el Sujeto del Pacto (Naishtat, 2000) producto de la enunciación. El momento de la decisión política que constituye al sujeto colectivo excluirá paradójicamente a aquél que vertebró la protesta: el “campesino”, colono, trabajador del surco, trabajador sin tierra en los distintos usos que otorgan los propios actores a una identidad, cuya falta de definición da cuenta de su alto contenido fragmentario. (BIDASECA, 2005, p. 104, grifo no original)

Para a autora, aí ocorre o que seria a “traición fundante”, quando aqueles arrendatários (campesinos, colonos, trabalhadores sem-terra), sujeitos dos protestos ainda em curso, começam a conformar um sujeito coletivo reconhecido enquanto chacarero, cuja identidade e demandas virão a consolidar-se em representação daqueles agricultores com acesso à propriedade da terra. (BIDASECA, 2005, p. 105-106)

O Grito de Alcorta e a denominação chacarero comporão a identidade desses agricultores do pampa argentino, de quem a Federación Agraria é a expressão, percorrendo todo o processo de mobilizações e lutas desde então. Atualmente, embora talvez apenas uma minoria dos filiados da FAA se reconheçam enquanto tal – chacareros –, dando evidência a outras identidades associadas aos ramos de especialização (suínos, hortigranjeiros, etc.), eles voltarão a acionar este termo em momentos de lutas e distinção frente a outros atores sociais (latifundiários, governo, ou setores urbanos).

À denominação chacarero, que remete, então, ao início do século XX e à constituição do pampa argentino como região exportadora de grãos e carnes para a Europa, com base na produção de imigrantes italianos e espanhóis e seus descendentes, será, ao final do século, agregada uma nova denominação, agricultor familiar, com abrangência para além do pampa.

### 3 O INÍCIO DO DEBATE SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR NA ARGENTINA

Desde o início dos anos 1990, diferentes iniciativas integracionistas ocorreram entre as organizações rurais e sindicais da região, envolvendo também organizações não governamentais. Este é o caso dos eventos de 1991 – o Encontro Fronteiriço de Organizações Rurais (Santo Cristo, março)<sup>12</sup> e o Ato Público Hacer

<sup>12</sup> Realizado em Santo Cristo (RS), nos dias 22, 23 e 24 de março de 1991, o Encontro Fronteiriço de Organizações Rurais foi organizado por oito entidades rurais da Argentina, Brasil e Paraguai, e reuniu 60 pessoas que representavam 41 entidades da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

nuestra la integración (Porto Xavier, outubro)<sup>13</sup> –, da participação das organizações nacionais na Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul<sup>14</sup>, da criação da Rede Interamericana Agricultura e Democracia – RIAD (maio de 1992)<sup>15</sup> e da Coordenadora das Organizações Representativas dos Produtores Familiares no âmbito do Mercosul – Coprofam (agosto de 1994)<sup>16</sup>. Ao mesmo tempo em que essas diferentes iniciativas possibilitaram o estabelecimento de relações entre pessoas, grupos e organizações de diferentes países, elas também forneceram o suporte (subjetivo) para o desencadeamento de processos nacionais. Esses processos, se tinham como referência toda uma história de organização, vitórias e derrotas do recente período ditatorial, também passaram a ter uma forte relação com o exterior, com uma nova dinâmica dada pelas relações estabelecidas com outros atores dos países vizinhos. Assim, processos desencadeados em um determinado país tanto poderiam receber a influência de acontecimentos e processos ocorridos em outro país, quanto poderiam influenciar os demais processos nacionais da região.

No caso da Argentina, as articulações realizadas a partir da RIAD cumpriram um importante papel. A análise de alguns números do ARGENTINA al DÍA, separata do RIAD al DÍA, boletim da Rede Interamericana Agricultura e Democracia, ofereceu-nos uma visão sobre esse processo. A responsabilidade pela edição argentina do boletim esteve a cargo da ONG Centro de Estudios y Promoción Agraria – CEPA, e seu editor, Carlos Carballo, foi o representante da Argentina junto à RIAD<sup>17, 18</sup>.

Em março de 1994, no ARGENTINA al DÍA n.º 4, é reproduzida a Declaración de Montevideo, emitida pelo I Encuentro de Dirigentes de Organizaciones de Pequeños y Medianos Productores del Mercosur (outubro de 1993). Creio podermos considerar este um documento histórico, que delimita a intervenção dos agricultores familiares no processo de integração representado pelo Mercosul. Ele constitui a base política para a posterior criação de uma organização que buscará representar as organizações signatárias, efetivada no ano seguinte, 1994.

<sup>13</sup> Marcado para o dia 12 de outubro de 1991, primeiro dia do 500º ano da chegada de Cristóvão Colombo ao continente americano, o Ato Público reuniu quatro mil pessoas às margens do Rio Uruguai, divisa com a Argentina, na cidade de Porto Xavier (RS). Seu objetivo era compor uma jornada de lutas contra o modelo de integração proposto pelos governos; um dia de protesto conjunto contra a construção das barragens binacionais; e marcar o início da campanha continental dos 500 anos do descobrimento (expressão utilizada nos documentos da época).

<sup>14</sup> No âmbito do Mercosul, há um primeiro movimento em que as organizações de agricultores – aquelas de caráter sindical (Contag e DNTR/CUT) – investem seus esforços integracionistas nas articulações realizadas entre as centrais sindicais dos países componentes do Mercosul. Mas, logo em seguida, acabam redirecionando seus esforços para o fortalecimento de espaços de articulação entre movimentos e organizações que atuavam no campo, envolvendo não apenas aqueles de caráter sindical.

<sup>15</sup> A RIAD, fundada em maio de 1992, envolveu um conjunto de organizações e movimentos sociais de agricultores, camponeses e indígenas, bem como entidades de apoio e assessoria (ONGs) de todo o continente americano, durante cerca de onze anos de atuação.

<sup>16</sup> Constituída em encontro realizado em Porto Alegre, entre os dias 24 e 26 de agosto de 1994, a Coprofam foi o resultado de um conjunto de encontros de dirigentes de organizações de agricultores do Mercosul, promovidos no âmbito da RIAD, sem, no entanto, contar com a participação de ONGs.

<sup>17</sup> Carlos Carballo participou da organização do Encontro Fronteiriço e do Ato Público *Hacer nuestra la integración*, em 1991 (informação pessoal).

<sup>18</sup> Sou grato pela generosa disponibilidade de Carlos Carballo em apresentar-me frutífero caminho e documentos para a compreensão do processo de organização dos movimentos sociais rurais argentinos desde o final dos anos 1960 até período recente.

Trata-se da Coprofam, a Coordenadora das Organizações Representativas dos Produtores Familiares no âmbito do Mercosul.

Dada a importância do documento, seu conteúdo é reproduzido a seguir:

#### **Declaración de Montevideo**

Las entidades asistentes al I Encuentro de Dirigentes de Organizaciones de Pequeños y Medianos Productores del Mercosur, en representación de los intereses de más de 5 millones de familias de medianos productores y de más de 6 millones de familias de trabajadores rurales que están perdiendo la tierra y no tienen acceso a ella en Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay.

Inspirados en los ideales de integración americana soñada por nuestros próceres, consideramos que un proceso integrador debe tener en cuenta a toda la ciudadanía, dando participación en las negociaciones a los distintos sectores, hoy excluidos.

Los avances en la apertura comercial establecida en el marco del Tratado de Asunción, encuentra a los pequeños y medianos productores y trabajadores rurales, sometidos a un proceso de expulsión de la tierra, en grave estado de descapitalización, miseria y marginación social, como la consecuencia de aplicación de modelos económicos neoliberales que se basan en la apertura de las economías y la reducción de la participación del Estado.

Las actuales condiciones del sector agropecuario de nuestros países se caracterizan por la desigual e injusta distribución de la tierra; escasez de recursos destinados al crédito rural – inaccesible a los pequeños y medianos productores; ausencia de tecnologías adecuadas disponibles en la mayoría de los países; y, la falta de asistencia técnica, entre otros instrumentos de política, lo cual determina la concentración en pocas y grandes empresas; el deterioro de los recursos naturales y el ambiente, comprometiendo la productividad y la calidad de vida.

Ante esta situación, los pequeños y medianos productores y trabajadores del campo reclamamos:

1. la instrumentación de políticas agrícolas y agrarias que democratizen el acceso a la tierra y otros recursos (de capital, de tecnología, de comercio) que garanticen el desarrollo y el mejoramiento de la calidad de vida;
2. la participación de organizaciones representativas de los pequeños y medianos productores y trabajadores rurales en el diseño y ejecución de estas políticas;
3. reivindicamos, en particular, la participación en las instancias del Mercosur, principalmente en aquellas en que se estudian y planifiquen la armonización de políticas y los imprescindibles procesos de reconversión de nuestro sector.

En Montevideo, Uruguay, 28 de octubre de 1993.

[Segue a lista das organizações signatárias]<sup>19</sup>

(RIAD, 1994)

<sup>19</sup> As seguintes organizações firmam o documento: Central Única dos Trabalhadores – CUT (DNT Rural), Brasil; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, Brasil; *Federación Agraria Argentina* – FAA, Argentina; *Federación Nacional Campesina* – FNC, Paraguai; *Coordinadora Interdepartamental de los Sin Tierra* – CIST, Paraguai; *Asociación de Colonos del Uruguay*, Uruguai; *Comisión Nacional de Fomento Rural*, Uruguai.

No mesmo boletim do ARGENTINA al DÍA n.º 4, de março de 1994, é apresentada a convocação para o 2º Encuentro de Dirigentes de Organizaciones de Pequeños y Medianos Productores del Mercosur<sup>20</sup>, previsto para ser realizado em Córdoba, Argentina, entre os dias 2 e 4 de maio de 1994, em torno de seis meses após a realização do primeiro encontro. A matéria principal do boletim faz referência à crise estrutural que atinge os “productores agropecuarios argentinos” e ao lançamento, no ano de 1993, do “Programa Social Agropecuario” (PSA) e do “Programa Federal de Reconversión Productiva para la Pequeña y Mediana Empresa Agropecuaria” (Cambio Rural). Tanto o PSA quanto o Cambio Rural são programas governamentais que cumpriram importante papel enquanto iniciativa governamental que visava minimizar os efeitos dos ajustes de corte neoliberal promovidos pelos governos de Carlos Menem (1989-1999) e que caracterizaram a década de 1990 na Argentina. Esses dois programas atravessaram todo o período dos governos Kirchner. Assim, no momento, gostaríamos de ressaltar o compromisso do boletim da RIAD com a análise da conjuntura nacional do setor agrícola. Também é digno de nota o registro da ocorrência de um “taller” em dezembro de 1992, no Chaco, sobre a “Crisis Algodonera Regional. Cambios estructurales y alternativas para los agricultores familiares”; ressalto, aqui, a presença do termo agricultores familiares em 1992 (RIAD, 1994a).

O número seguinte do boletim ARGENTINA al DÍA, referente aos meses de abril e maio de 1994 (n.º 5), dedica a matéria de capa à apresentação da RIAD e a matéria de centro ao aprofundamento da análise do programa Cambio Rural. O boletim reproduz a Declaración de Córdoba, resultado do Segundo Encuentro de Dirigentes de Organizaciones de Pequeños y Medianos Productores del Conosur<sup>21</sup>. Consta da abertura da declaração: “Las entidades asistentes al segundo encuentro de Organizaciones de Productores Familiares y Trabajadores del Campo, que representan más de 11 millones de familias, reunidas en la ciudad de Córdoba en el marco de la Red Interamericana Agriculturas y Democracia (RIAD) manifestamos”. Reproduzo este extrato para destacar as diferentes formas de designação presentes – “Organizaciones de Productores Familiares y Trabajadores del Campo” – bem como enfatizar a relação com a RIAD – o evento se constitui em uma atividade da RIAD.

Por fim, é possível observar neste documento redigido no primeiro semestre de 1994 a presença dos termos “agricultura familiar” e “políticas diferenciadas” (para a agricultura familiar). Além de duas referências constantes no texto, temos em sua conclusão:

#### **Declaración de Córdoba**

[...]

Ante esta situación los representantes de los productores familiares y trabajadores del campo reivindicamos:

4. Implementación de políticas agrarias que democratizen el acceso a la tierra.
5. Implementación de políticas diferenciadas que permitan el acceso al crédito, a la tecnología y asistencia técnica, entre otras, en condiciones adecuadas a las características de la agricultura familiar.

<sup>20</sup> Página 1907.

<sup>20</sup> Mantivemos a grafia original presente no boletim.

<sup>21</sup> Mantivemos a grafia original presente no boletim.

6. Participación en la elaboración y ejecución de las políticas que contemplen las propuestas de nuestras organizaciones.
7. Participación en las instancias de discusión y decisión del Mercosur y de otros espacios subregionales.
8. Advertimos la necesidad de contemplar las reivindicaciones presentes en esta declaración, caso contrario, la violencia del actual modelo político neoliberal imperante en nuestros países y que castiga no sólo a la agricultura familiar, sino también a otros sectores productivos de la economía, profundizarán los graves conflictos ya existentes.

Córdoba, mayo 3 de 1994.

(RIAD, 1994b, grifos nossos, itens selecionados)

Então, após seis meses da realização do primeiro encontro de dirigentes de organizações, a denominação de “pequeños y medianos productores” é substituída por “productores familiares” e “agricultura familiar”. As demandas resenhadas, em seu conjunto, continuam a refletir o sentido expresso na anterior Declaração de Montevidéu.

Os termos presentes na Declaração de Córdoba, em maio de 1994, não nos devem causar estranhamento quando associados ao que ocorre, neste mesmo período, no Brasil. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag participou ativamente dessa instância (juntamente com a CUT) bem como desse Segundo Encontro. Nessa época, a confederação compunha a comissão MAARA<sup>22</sup>/Contag, que elaborou o documento “Propostas e recomendações de política agrícola diferenciada para o pequeno produtor rural” (1994). Logo, temos que considerar que, tanto na Argentina quanto no Brasil, o campo de debates ocorria em uma frente interna (nacional) e em uma frente externa (âmbito do Mercosul); entre organizações e movimentos rurais (caso do Segundo Encontro); e no âmbito de governos (caso da comissão MAARA/Contag).

A edição n.º 6 do boletim ARGENTINA al DÍA, agosto e setembro de 1994, dedica a matéria de centro ao aprofundamento da análise do outro programa governamental anteriormente citado, o Programa Social Agropecuário. Torna-se interessante registrar o sentido dado pelo editor à direção da análise do programa: o título da matéria é “Programa Social Agropecuario ¿Base para una Política Diferenciada?”. Assim, na Argentina, no ano anterior à edição do Pronaf no Brasil, um periódico que podemos considerar que tivesse ao menos circulação entre importantes dirigentes de organizações e movimentos sociais rurais debruçava-se sobre a análise de um recente programa governamental de abrangência nacional questionando se ele indicava a direção de constituir-se em uma política pública diferenciada (sem utilização do termo agricultura familiar nesta matéria).

Consta da conclusão da matéria:

La consideración de una política diferenciada para los minifundistas del país (que incluya créditos, asistencia técnica, promoción organizativa, políticas impositivas, previsionales y comerciales específicas, políticas de educación, salud y participación) es parte de un debate cada vez más necesario, que

podemos ver se está reproduciendo en el resto de los países de MERCOSUR.

Políticas específicas para los pequeños productores requieren previamente una revalorización del rol social y económico que los mismos desempeñan en la sociedad argentina, un hecho poco visualizado hasta ahora a nivel de la sociedad, cuyos resultados podrían ser trascendentes a nivel de las provincias, por su posibilidad de constituirse en ejes del desarrollo regional. Los actuales debates acerca de los programas agrarios en los países del MERCOSUR permitirían simultáneamente avanzar en las relaciones política agrícola sectorial y políticas específicas para pequeños productores, una visión macro en la que generalmente los aportes dominantes no provienen de “nuestro lado”. (RIAD, 1994c, grifos nossos).

De um lado, política diferenciada e políticas específicas, minifundistas e pequenos produtores: a afirmação da política diferenciada/específica para um determinado setor social/econômico (minifundista/pequeno produtor). De outro lado, a necessidade do reconhecimento social do papel destes agricultores como base para a criação da política e a ênfase a um debate já em curso nos países do Mercosul. Perspectiva muito próxima daquela que compunha os debates em vigor, à época, no Brasil.

O ARGENTINA al DÍA n.º 8, referente aos meses de fevereiro e março de 1995, registra a fundação da Coprofam (sem fazer referência à sigla).

#### **Coordinación de las Organizaciones de Agricultores Familiares**

Los representantes de Organizaciones Representativas de los Agricultores Familiares, reunidos en Porto Alegre, Brasil, entre los días 24 y 26 de agosto de 1994, en el marco del “3er Encuentro de Organizaciones Familiares del MERCOSUR”, consideraron de gran importancia la articulación de las organizaciones sociales de pequeños agricultores de los cuatro países para fortalecer reivindicaciones conjuntas, intercambiar experiencias, realizar movilizaciones coordinadas, sumándolas a las acciones de negociación y, de esa forma y otras que se irán encontrando, ir construyendo una integración profunda, la integración de los pueblos, hasta ahora marginados en la “Unión Aduanera” (incompleta) concretada a partir del 1º enero de 1995.

En ese Encuentro se creó una “Coordinación Ejecutiva”, cuya Coordinación Operativa se encuentra actualmente a cargo de la “Comisión Nacional de Fomento Rural” del Uruguay, quien está promoviendo el Seminario Taller Internacional “La Agricultura Familiar en los Procesos de Integración Regional”, en el que participarán dirigentes y técnicos de las organizaciones representativas de los cuatro países del MERCOSUR, representantes oficiales del Subgrupo de Trabajo 8 (“Política Agrícola”) y expertos en procesos de integración de la Unión Económica Europea y el NAFTA. Se trata así de mejorar la capacidad de propuesta de las organizaciones en las instancias de participación en las que se diseñan y enmarcan las políticas públicas hacia la agricultura familiar de la Región. (RIAD, 1995).

Note-se, então, que ainda antes da edição do Pronaf – que ocorrerá no mês de agosto de 1995<sup>23</sup> – os termos agricultores familiares e agricultura familiar já são empregados, havendo inclusive a organização de um seminário sobre “A Agricultura Familiar nos Processos de Integração Regional”. Todavia, ainda que este documento faça referência à “Coordenação das Organizações de Agricultores Familiares”, não será assim que ela será nomeada. Nos debates e documentos produzidos, os termos “agricultura familiar” e “agricultores familiares” serão de uso cada vez mais corrente, mas a organização regional passará a ser denominada como “Coordenadora das Organizações Representativas dos Produtores Familiares do Mercosul”.

Por fim, no ARGENTINA al DÍA surge o registro da principal iniciativa nacional de articulação entre organizações e movimentos sociais rurais ocorrida na década de 1990. O boletim n.º 11, de fevereiro e março de 1996, divulga a realização de encontro da Mesa Nacional Provisória de Organizações Representativas de Pequenos e Médios Produtores, previsto para ocorrer junto com a Assembleia das Organizações Representativas dos Produtores Familiares do Mercosul. A Mesa Nacional foi programada para os dias 7 e 8 de maio de 1996, e a Assembleia, para os dias 8, 9 e 10 de maio de 1996, ambas na cidade de Rosário, Argentina. A coincidência das datas demonstra a forte relação entre as duas iniciativas: o processo regional representado pela atuação da RIAD e a criação da Coprofam incidindo sobre o processo nacional argentino e a criação do que será a Mesa Nacional de Organizaciones de Productores Familiares<sup>24</sup>.

Na realidade, este encontro da Mesa Nacional Provisória de Organizações Representativas de Pequenos e Médios Produtores correspondeu a um Segundo Encontro Nacional de Organizações Representativas de Pequenos e Médios Produtores. No ano anterior, em 1995, nos dias 9 e 10 de novembro, na mesma cidade, Rosário, havia ocorrido o Primer Encuentro Nacional de Organizaciones de Pequeños y Medianos Productores. (PRIMER..., 1995).

Essas iniciativas contaram com o forte protagonismo da Federación Agraria Argentina, evidenciado pelo fato de ela assumir a promoção do Segundo Encontro, conforme publicação resultante do evento; de as atividades ocorrerem na cidade de Rosário, cidade-sede da FAA; e de o papel de coordenação executiva provisória da Mesa Nacional ser atribuído a ela, enquanto a composição definitiva da coordenação não fosse decidida. (SEGUNDO..., 1996).

É interessante observar que, no período correspondente aos anos de 1995 e 1996, a utilização de diferentes designações perpassa os documentos, e o mesmo ocorre na denominação dos eventos: Primer Encuentro Nacional de Organizaciones de Pequeños y Medianos Productores, novembro de 1995; Mesa Nacional Provisoria de Organizaciones de Pequeños y Medianos Productores, boletim ARGENTINA al DÍA de março de 1996; relatório do Segundo Encuentro Nacional de Organizaciones de los Productores Familiares, ocorrido em maio de 1996, cujo título ali registrado é Segundo Encuentro Nacional de Organizaciones

---

<sup>23</sup> A Resolução do Banco Central do Brasil n.º 2.191, de 24 de agosto de 1995, estabelece o início da operacionalização do Pronaf.

<sup>24</sup> Neste momento, com a Mesa utilizando a designação “pequenos e médios produtores” enquanto a Assembleia utilizava a designação “produtores familiares”; embora o termo “agricultura familiar” tivesse circulação expressiva nesse meio, conforme anteriormente referenciado.

de los Agricultores Familiares. As designações de pequenos e médios produtores, produtores familiares e agricultores familiares coexistem, chegando a ocorrer a situação acima descrita de o mesmo evento possuir duas denominações em um mesmo documento: como produtores familiares e como agricultores familiares (PRIMER..., 1995; RIAD, 1996; SEGUNDO..., 1996).

A necessidade do aprofundamento do debate sobre este tema esteve presente desde o Primeiro Encontro, realizado em novembro de 1995. Consta da síntese elaborada:

Cabe destacar que en varios grupos [de discussão] se consideraron las diferencias existentes entre los distintos tipos de productores que trabajan la tierra con su familia, sin asalariados permanentes, llamados pequeños-medianos productores o productores familiares en esta síntesis. Fue dificultoso definir el “pequeño productor”, lo que se vio, por ejemplo, al analizarse el monto mínimo propuesto por algunos para efectuar aportes previsionales e impositivos; los 6.000\$ de ingresos tomados como base fueron vistos como bajos por otros participantes, en tanto algunos afirmaban que eso dependía de los costos de las distintas producciones. Finalmente se observó que es incorrecto definir a un tipo de productor determinado teniendo en cuenta solamente un elemento como ser: los ingresos, la superficie, el lugar de vivienda, etc.; Son varios los elementos a tener en cuenta para definir que es un pequeño productor.

Hubo acuerdo en la necesidad de debatir este tipo de temas a fin de ir avanzando en posiciones comunes ante los problemas caracterizados, evitando que, por desconocimiento o desacuerdos parciales organizaciones hermanas reclamen cosas distintas para responder al mismo tipo de necesidades. (PRIMER..., 1995, grifos nossos).

Assinalo aqui outras duas demandas presentes na síntese, para retomá-las na análise que se efetuará adiante:

a) primeira, que aparece enquanto diagnóstico, identifica a “[f]alta de una adecuada ‘categorización’ para adecuar los aportes previsionales e impositivos a los ingresos de los productores” (PRIMER..., 1995, grifo nosso);

b) segunda, apresentada no bloco das propostas, demanda políticas públicas:

Puesta en marcha de una Política Nacional Agropecuaria para los pequeños y medianos productores que incluya:

- Políticas claras a nivel nacional, provincial y municipal.
- Programas especiales de asistencia global (abarcativa de toda la problemática del sector) y otorgamiento de mayores recursos a los ya existentes. (PRIMER..., 1995, grifos nossos).

A proposta de uma Política Nacional Agropecuária para pequenos e médios produtores parece dialogar com os dois programas recentemente lançados – PSA e Cambio Rural –, evidenciando tanto limites percebidos na concepção dos programas quanto a ideia da necessidade de uma política (nacional) diferenciada para os agricultores familiares. O tema será retomado em outros documentos abordados no seguimento.

O Segundo Encontro, realizado em maio de 1996, reforça as duas demandas apontadas, bem como o conjunto do diagnóstico e as propostas do Primeiro Encontro, retomando o tema das denominações. O assunto será tratado enquanto “objetivos e metas” da Mesa Nacional:

Este tema [objetivos e metas] estuvo precedido por una serie de consideraciones de distinto tipo que señalaban, por ejemplo: la necesidad de definir con precisión a quienes se considera pequeños agricultores y a quienes medianos agricultores; a quienes denominamos productores familiares; qué se entiende por empresa familiar, etc. Ponernos de acuerdo en estos aspectos es prioritario para luego poder definir que tipo de organizaciones integran la MESA NACIONAL. (SEGUNDO..., 1996).

Este conjunto de questões continuarão sendo desenvolvidas e aprofundadas pela Mesa Nacional ao longo da segunda metade da década de 1990 e início dos anos 2000, em estreita relação com as discussões travadas no âmbito das organizações rurais do Mercosul reunidas na Coprofam. Antes de retomá-las, porém, abordaremos alguns elementos sobre a importância e o significado da organização desta instância de articulação de organizações e movimentos sociais da Argentina.

#### **4 A MESA NACIONAL DE ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES FAMILIARES**

A Mesa Nacional define-se da seguinte maneira, conforme Declaración emitida em seu quarto encontro nacional, realizado em novembro de 1997:

Convencidos de la importancia de tener una expresión representativa de carácter nacional, para lograr un mayor reconocimiento de los problemas y propuestas, a partir de 1993 algunas organizaciones se autoconvocan.

Así se crea en 1995 una MESA NACIONAL, como instancia autónoma –sin dependencia del gobierno, las ONG, las iglesias y los partidos políticos– pluralista y democrática, que busca hacer llegar a la sociedad nacional la voz de quienes, a fines del siglo XX, siguen en el campo, bregando por una vida más digna para ellos, para sus hijos y para todos los habitantes del suelo argentino. (MESA..., 1997a).

A importância que reveste a criação da Mesa Nacional é dada pelo fato de ser a primeira iniciativa nacional de envergadura visando à articulação entre organizações e movimentos sociais rurais ocorrida ao longo da década de 1990. O período pós-1983, pós-ditadura militar, havia sido dedicado à reconstrução das organizações rurais, dizimadas pelo aparato repressivo. A questão da unificação – ou a construção de unidade – entre as organizações e os movimentos sociais rurais argentinos é uma questão que perpassará todo esse período, desde o início da década de 1990 até os dias atuais. A questão fica expressa na declaração com a afirmação de que: “La diversidad de situaciones existentes entre los productores familiares se expresa también en un complejo y numeroso conjunto de organizaciones y en múltiples formas de expresar las demandas” (MESA..., 1997a). O tema já compunha o diagnóstico da situação levantado por ocasião do Primer Encuentro Nacional de Organizaciones... (1995). Consta da síntese do encontro: “Falta de organización o división de los pequeños productores; no están

organizados o no adhieren a una sola entidad nacional, lo lleva a una gran dispersión de esfuerzos” (PRIMER..., 1995, grifos nossos).

No período, compõe um elemento que polariza posições a relação de parte destas organizações e movimentos rurais com a Federación Agraria Argentina. Os posicionamentos de parte a parte constituirão um ponto de tensão, levando ou à ampliação de representação da Mesa ou ao encolhimento dessa representação, seja ela numérica seja de capacidade de incidência política (quando do afastamento da FAA da Mesa). Este processo surge neste momento, mas se manterá presente em outras iniciativas de construção de unidade, realizadas ao longo dos anos 2000. O processo é perpassado pela própria dinâmica interna e externa à FAA, considerando que, mesmo propondo-se a uma representação nacional de pequenos e médios agricultores, a ela é associada a característica de uma organização rural pampeana, representativa de agricultores empresariais praticantes de uma agricultura e pecuária altamente tecnificada. A representação extra-pampeana será um desafio permanente para a Federación Agraria.

No caso do Brasil, podemos considerar que esta questão foi, talvez, minimizada, dada a intervenção estatal por meio da legislação sindical estabelecida no primeiro governo de Getúlio Vargas, ainda nos anos 1930, com inspiração na legislação da Itália fascista.

Como afirma Medeiros (2010):

**Após o golpe militar, por decisão do Ministério do Trabalho, o sindicalismo rural adequou-se aos padrões da legislação sindical brasileira, que estabelecia a existência de um sistema sindical para patrões e outro, paralelo, para empregados.** As associações rurais de base municipal, as respectivas federações de base estadual e a Confederação Rural Brasileira foram transformadas em sindicatos rurais, federações rurais e, no plano nacional, na Confederação Nacional da Agricultura. No outro polo, as categorias de enquadramento criadas em 1962, por ocasião da regulamentação do direito à sindicalização no campo (lavradores, trabalhadores agrícolas, trabalhadores na pecuária e trabalhadores na indústria extrativa), foram unificadas no sindicato de trabalhadores rurais, que passou a representar a diversidade de situações concretas existentes. Esses sindicatos se organizavam em federações estaduais que, por sua vez, se unificavam na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Como aponta Palmeira (1985), o sindicato de trabalhadores rurais agregou uma enorme diversidade de categorias do campo pelo que elas tinham em comum: dependerem do trabalho seu e de sua família para sobreviver. Nas disputas políticas que conformaram a gênese do sindicalismo dos trabalhadores rurais brasileiros, a opção do grupo político que assumiu a direção sindical nacional, após um período de intervenção, foi a de fazer um esforço político de unificação dessa diversidade, contra algumas tendências que se esboçavam e que iam na direção quer de enquadramento dos pequenos produtores nos sindicatos rurais patronais, quer de se formar um sindicalismo que organizasse só

os pequenos agricultores (Ricci, 1999; Houtzager, 1997; Palmeira, 1985) [25]. (MEDEIROS, 2010, p. 135, grifos nossos).

As alternativas organizativas que se desenvolveram no Brasil durante os anos 1980 e 1990, em oposição à estrutura oficial representada pela Contag – tal como o MST, DNTR/CUT (Fetraf, posteriormente), ou, ainda, o MPA –, fizeram-se enfrentando desde seu início o desafio de nacionalizar-se. E, mesmo com implantações diferenciadas nos estados, acabaram por adquirir uma feição nacional. Este não é o caso do processo argentino. Na Argentina, o exercício de uma maior autonomia de organização ante o Estado – pelo menos em termos formais – não reproduziu a experiência brasileira de uma unificação da organização (sindical) “de cima para baixo”, unicidade essa determinada por um Estado autoritário. Então, os caminhos para a busca de uma unidade de ação acabam sendo muito mais complexos frente à experiência brasileira, pois exigem um esforço constante para renovar cotidianamente os acordos e os consensos básicos firmados entre organizações e movimentos rurais – não apenas de corte sindical –, geralmente com expressão local ou provincial.

Assim, a Mesa Nacional apresenta sua visão sobre este desafio:

A partir de la convicción de que las experiencias, visiones y culturas distintas constituyen la principal riqueza de los productores familiares en Argentina, superando las distancias, los desconocimientos y desconfianzas se fue avanzando en una organización que hasta 1995 sólo alcanzaba el nivel local, zonal o provincial y mostraba múltiples organizaciones con muy diversas características entre sí. (MESA..., 2001a, p.2)

De a poco a poco fuimos conociendo y organizando, y a partir de 1995 algunos comenzamos a coordinar mejor nuestros esfuerzos. Formamos una “Mesa Nacional de Organizaciones de Productores Familiares” democrática, respetuosa de todas las ideas e independiente de los partidos políticos, los gobiernos, las iglesias y las ONG, que nos permitió empezar a tener voz a nivel nacional. Viejas y nuevas organizaciones provinciales, cooperativas, asociaciones locales de distinto tipo, comenzamos a caminar juntas para expresar a quienes hasta ese momento no tenían voz a nivel nacional. (MESA..., 2000).

Questão interessante abordada pela Declaração de 1997 diz respeito à defesa da autonomia da Mesa Nacional frente a governos, ONGs, igrejas e partidos políticos. Considerando que a constituição da Mesa é uma iniciativa que possui fortes vínculos com a atuação da RIAD<sup>26</sup>, a referência sobre sua autonomia perante as ONGs demonstra uma possível superação do posicionamento de diversos integrantes da RIAD (ONGs, principalmente) quando da criação da Coprofam

<sup>25</sup> Medeiros (2010) faz referência a: RICCI, Rudá. Terra de ninguém. Representação sindical rural no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1999; HOUTZAGER, Peter. Caught between State and Church: popular movements in the Brazilian countryside. 1964-1989. Michigan: UMI Dissertation Service, 1997. (Tese de Doutorado, Universidade da Califórnia, Berkeley); e PALMEIRA, Moacir. “A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato”. In: Paiva, Vanilda (Org.). Igreja e questão agrária. São Paulo: Loyola, 1985.

<sup>26</sup> O documento síntese do Segundo Encuentro Nacional de Organizaciones de los Agricultores Familiares traz em sua última página – com caráter de expediente – uma apresentação da RIAD, expondo seus compromissos e valores, objetivos, métodos propostos e o contato na Argentina (CEPA).

(1994), oportunidade em que parte desses se colocaram contra a criação de uma instância organizativa reunindo apenas representantes dos agricultores.

Foi intenso o processo de debate proporcionado pela Mesa Nacional durante os dois primeiros anos de sua existência (1995-1997), permitindo a convergência de posições entre as diferentes organizações e movimentos. Nesse período, foram realizados quatro encontros nacionais, e o quinto foi realizado depois de três anos, no segundo semestre do ano de 2000. Abaixo, expõe-se a lista dos eventos, sua data e local de realização (cidade e província):

a) 1º Encuentro Nacional de Organizaciones de Pequeños y Medianos Productores, 9 e 10 de novembro de 1995, Rosário (Santa Fé);

b) 2º Encuentro Nacional de Organizaciones de los Productores Familiares, 7 e 8 de maio de 1996, Rosário (Santa Fé);

c) 3º Encuentro Nacional de Organizaciones de Productores Familiares, 6 a 8 de novembro de 1996, Oberá (Misiones);

d) 4º Encuentro Nacional de Organizaciones de Productores Familiares, 18 a 21 de novembro de 1997, Buenos Aires;

e) 5º Encuentro Nacional de Organizaciones de Productores Familiares, 17 a 20 de setembro de 2000, Buenos Aires;

f) [6º Encuentro] [Asamblea] Nacional de Organizaciones de Productores Familiares, 25 e 26 de setembro de 2001, Parque Pereyra (Berazategui, Província de Buenos Aires).

Deste período inicial de atividade da Mesa Nacional, os resultados dos debates e discussões foram expressos em dois documentos: o primeiro, um documento de trabalho, de caráter interno às organizações, denominado “Los productores familiares en Argentina” (1996); o segundo, visando à divulgação do acúmulo realizado pela organização e ao seu posicionamento sobre a situação de seu público, intitulado “Lineamientos Estratégicos e Instrumentos Específicos de Apoyo a la Producción Familiar en el Agro de Argentina” (novembro de 1997).

Permito-me reproduzir a introdução de “Lineamientos Estratégicos...”, pois, parece-me, dela consta o núcleo da visão da Mesa Nacional sobre a situação enfrentada pelos agricultores familiares<sup>27</sup> na Argentina, demonstrando grande convergência com os termos do debate em andamento, à época, no movimento sindical rural brasileiro.

Las sociedades del mundo y por lo tanto también sus agriculturas están sometidas a un acelerado proceso de transformación, como consecuencia de la revolución tecnológica, la globalización económica, la integración regional y más recientemente por el interés en la preservación de los recursos naturales.

En este contexto la modernización de las agriculturas familiares constituye un proceso contradictorio: es una condición para lograr la permanencia en la tierra (...) pero al mismo tiempo incrementa su exclusión. (...)

Sin embargo, múltiples experiencias demuestran la notable capacidad de adaptarse y el importante margen de progreso de los productores familiares, si se dan las condiciones necesarias para su desarrollo. (...)

La agricultura familiar, al ser definida como línea estratégica de desarrollo rural sustentable, tendrá condiciones reales para responder por la creación de puestos de trabajo, abastecimiento alimenticio y creación de excedentes exportables, constituyéndose en un actor de primera línea en el proceso de desarrollo. Esto lo hicieron los países desarrollados.

Para avanzar en el proceso de modernización con democratización es necesario garantizar el acceso al desarrollo (...). Para ello debemos tomar en consideración algunos temas que consideramos sustantivos: la importancia de la agricultura familiar para la sociedad argentina; (...) (MESA..., 1997b, grifos nossos).

Destacarei algumas ideias presentes nas passagens do documento reproduzido acima e que nos parecem importantes.

Primeiramente, a visão de que as sociedades e suas agriculturas passam por um acelerado processo de transformação, em que a modernização da agricultura familiar é a condição para a sua permanência. Assim, parece-me, é reafirmado um projeto de agricultura familiar modernizada, com a incorporação de tecnologias modernas, apontando para o item seguinte.

Em segundo lugar, a ênfase na capacidade de adaptação da agricultura familiar caso lhe sejam dadas as condições para isso, para o seu desenvolvimento.

Em terceiro lugar, a defesa da agricultura familiar como base, como “linha estratégica” de um desenvolvimento rural sustentável, indicando “funções” que ela cumpriria no desenvolvimento do conjunto da sociedade – proposta em acordo com o caminho já trilhado e conhecido pelos países desenvolvidos (!)<sup>28</sup>.

Finalmente, em consequência, a defesa de um “processo de modernização com democratização”, em que é demandado o “acesso ao desenvolvimento” e reafirmada “a importância da agricultura familiar para a sociedade argentina”.

Tal como desenvolvido no capítulo anterior, na análise do caso brasileiro, aqui aparece o esforço de estabelecer um processo de “fazer viver” para aqueles identificados enquanto agricultura familiar, em que a chave para o alinhamento do projeto desses atores sociais com o da sociedade nacional é dada pela adesão – ou

---

<sup>28</sup> Nesta época, a Contag discutia o “projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável”, constituindo-se em indicativo do diálogo em andamento. Conforme Santos (2001): “A busca de alternativas ao atual modelo de desenvolvimento motivou os delegados e delegadas do 6º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, **realizado em 1995**, a iniciar o debate e a afirmar a necessidade de formular um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável. Este debate teve continuidade em várias iniciativas de âmbitos nacional, estadual, regional e municipal. Os seminários regionais de desenvolvimento alternativo, promovidos pela Confederação em 1996, e a realização do projeto de pesquisa e formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT)/CONTAG, foram momentos ímpares de elaboração e sistematização de propostas. O 7º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, **realizado em 1998**, aprovou os pontos centrais que deveriam nortear a construção e implementação do PADRS [...]”. (SANTOS, 2001, p. 225, grifos nossos).

reforço – à ideologia modernista<sup>29</sup>, expressa enquanto um acesso ao desenvolvimento: a modernização com democratização.

Há, então, o desejo do desenvolvimento, a modernização da agricultura familiar como condição do seu aceite pelo conjunto da sociedade argentina.

Modernizar-se para fugir da marginalização social expressa no estigma.

O cumprimento de funções macroeconômicas para o reconhecimento de sua contribuição ao conjunto da sociedade nacional.

O documento “Lineamientos Estratégicos...” (novembro de 1997) responde aos anseios expressos no Segundo Encontro (maio de 1996) e avança no sentido de precisar a posição da Mesa Nacional em relação à definição de “produtor familiar”.

Las explotaciones familiares constituyen el principal medio de supervivencia de una familia rural, mediante la aplicación del trabajo del productor y su familia a una parcela de tierra. No obstante, todos los productores familiares del país no son iguales, lo que debe ser tenido en cuenta en la definición y ejecución de las políticas públicas.

Por eso, algunos de los elementos indicadores a tener en cuenta a la hora de caracterizar a los productores familiares destinatarios son:

- a. Cuantificación de la relación mano de obra familiar/mano de obra asalariada. El trabajo familiar no debería ser inferior al 50% de la totalidad requerida en la exploración durante el año y no deberían existir asalariados permanentes.
- b. Residencia en el predio, centro rural o urbano cercano, ya que es la condición imprescindible para atender directamente la explotación.
- c. Nivel de ingresos anual de la familia. Se debería tomar en cuenta un nivel máximo para poder ser beneficiario de políticas de corte económico productivos, y un mínimo, por debajo del cual, se debería acceder también a políticas sociales a fin de atenuar las distintas situaciones de pobreza existentes.
- d. Origen de los ingresos obtenidos. Se debería considerar una proporción de ingresos provenientes de la actividad agropecuaria, que no debería ser inferior al 50% del total de los ingresos del grupo familiar durante el año.
- e. Cantidad y cualidad de los recursos disponibles: tierra y capital. Se propone tomar como referencia una dotación crítica de factores, con un mínimo y un máximo: este último podría estar dado por aquellos valores que podrían permitir “vivir de la renta” producida, sin trabajar directamente.

Se entiende que ninguno de los indicadores aisladamente resume las características definitivas de los destinatarios, por lo que se proponen a título indicativo y sujeto a variaciones y ajustes, según la naturaleza de los programas o proyectos particulares. (MESA..., 1997b, grifos no original).

Os cinco elementos listados mantêm forte relação de semelhança com aqueles em discussão no Brasil, quando do debate sobre os critérios de enquadramento da agricultura familiar às políticas públicas diferenciadas<sup>30</sup> – caso do Pronaf.

Pode-se observar, no diagnóstico da situação apresentado pela Mesa Nacional, um posicionamento em relação à caracterização dos produtores familiares (conforme os termos da Mesa) que, parece-nos, apresenta similitudes com aquelas caracterizações presentes no debate ocorrido no Brasil, especificamente no que concerne aos resultados oriundos da Pesquisa FAO/INCRA, e que também conformam as pesquisas posteriores desenvolvidas na Argentina.

Para tanto, apresentamos dois extratos de documentos produzidos pela Mesa Nacional:

Algunos siempre fuimos pobres, otros nos fuimos empobreciendo por las políticas desfavorables. Algunos siempre vivimos de la agricultura, otros vemos en la agricultura un camino para completar nuestros ingresos y mejorar la alimentación de nuestros hijos.

[...]

La exclusión provocada por la política macroeconómica no alcanza a ser atenuada por la multiplicidad y superposición de Programas dirigidos a los productores familiares y pobres rurales. (MESA..., 1997a, grifos nossos).

Algunos siempre fuimos pobres (“pobres estructurales”) y otros se fueron empobreciendo como consecuencia de políticas que privilegiaron el mercado y las finanzas y desatendieron el trabajo, la producción, el bienestar y la esperanza de un futuro construido y compartido por todos. Distinta disponibilidad de recursos productivos, distintas condiciones ecológicas, diversas culturas y experiencias explican la diversidad y heterogeneidad que se encuentra entre quienes se organizan alrededor del trabajo del grupo familiar. (MESA..., 2001a, p. 1, grifos nossos).

A referência àqueles que sempre foram pobres – os pobres estruturais – e àqueles que foram se empobrecendo – resultado das políticas macroestruturais – parece, aqui, possuir uma base comum com as categorias adotadas na Pesquisa FAO/INCRA, correspondendo ao que foi denominado como agricultores familiares “periféricos” e aqueles agricultores familiares em “transição”.

O período entre os anos de 1995 e 2001<sup>31</sup> foi utilizado pelos dirigentes das organizações para desenvolvimento de dois grandes campos de atuação. Primeiramente, para conformar um conjunto de posições comuns sobre o diagnóstico da situação, o aprofundamento do conhecimento mútuo entre as organizações e os movimentos sociais rurais, o balanço crítico das políticas públicas existentes, a construção de um entendimento comum sobre a caracterização dos

<sup>30</sup> Como referência, por exemplo, podemos observar esta relação de semelhança com a definição de “pequeno produtor” decidida pela Contag em seu 5º Congresso Nacional, realizado em novembro de 1991. (CONGRESSO..., 1991, p. 85).

<sup>31</sup> Época em que se concentra a documentação consultada sobre a Mesa Nacional de Organizações de Produtores Familiares, abrangendo quase sete anos de existência da Mesa.

“produtores familiares” e para a elaboração de propostas e reivindicações. Em segundo lugar, apresentando-se perante a sociedade argentina por meio da divulgação da existência e do acúmulo realizado pela Mesa e, também, por meio de mobilizações localizadas na capital federal (Cidade Autônoma de Buenos Aires – CABA) e nas capitais das províncias com maior inserção das organizações participantes da Mesa Nacional.

A leitura do documento “Mesa Nacional de Organizaciones de Productores Familiares – Síntesis de sus objetivos, propuestas y principales actividades: 1995-2001”, publicado em agosto de 2001, permite-nos a identificação dos dois grandes momentos desse período.

O primeiro, dedicado ao debate interno e à constituição da Mesa Nacional, englobando os quatro primeiros Encontros Nacionais de Organizações de Produtores Familiares, tem o seu ápice na publicação do documento “Lineamientos Estratégicos e Instrumentos Específicos de Apoyo a la Producción Familiar en el Agro de Argentina”, quando da realização do 4º Encuentro Nacional de Organizaciones de Productores Familiares (novembro de 1997). O segundo momento é inaugurado com a própria realização do 4º Encontro, dedicado às manifestações públicas e contatos com o Congresso Nacional (deputados e senadores, comissões) e com a Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Alimentação, órgão setorial vinculado ao Ministério da Economia, além de com o estreitamento de relações com organizações e regiões argentinas e de outros países (Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, México). Nos termos do documento Síntesis de sus objetivos...:

Se hicieron presentaciones públicas en el Congreso de la Nación y Legislaturas provinciales; se gestionó y propuso ante distintos organismos del Poder Ejecutivo Nacional (Agricultura, Desarrollo Social, Medio Ambiente, etc.); estuvo representada en eventos del MERCOSUR y en reuniones del IICA, FAO, CEPAL, etc.); se apoyó y solicitó también solidaridad de otras organizaciones de campesinos de América y Europa; se presentaron proyectos solicitando financiamiento y asistencia para emprendimientos de diversa índole a nivel provincial y nacional. (MESA..., 2001a, p.2).

Entre os anos de 1997 e 1999 foram realizadas manifestações públicas com o objetivo de dar visibilidade à Mesa Nacional e ao conjunto de suas reivindicações. Em 1997, concomitantemente à realização do 4º Encontro Nacional, houve o contato com deputados e senadores nacionais, bem como comissões de trabalho e a promoção de um Ato Público na Plaza Congreso.

O Clarín Rural, suplemento do jornal Clarín, registrou o evento atribuindo o título “Políticas Diferenciadas” à matéria.

Los pequeños productores pusieron su mesa en la Capital Federal. Esta semana la Mesa Nacional de Organizaciones de Productores Familiares de la Argentina realizó su Cuarto Encuentro Nacional. Tuvieron tres días movidos.

La citada Mesa, que reúne a más de 30 asociaciones y organizaciones de pequeños productores de todo el país, fue creada hace dos años y está coordinada por el Movimiento Campesino Santiagueño (MOCASE), el Movimiento Agrario Misionero (MAM) y la Federación Agraria Argentina (FAA). (IGLESIAS, 1997, grifos no original).

No ano de 1998, coincidindo com a data comemorativa do Dia do Agricultor – 8 de setembro –, a Mesa Nacional promoveu a Jornada Nacional de Lucha por la Tierra, el Hábitat y el Desarrollo. Uma mobilização foi realizada na Plaza de Mayo, Buenos Aires, e, em outras trinta localidades do país, foram realizadas diversas atividades, tais como assembleias, marchas, exposições, conferências. O evento foi uma promoção da Mesa Nacional e da Federación de Tierra y Vivienda da Central de Trabajadores Argentinos – CTA, indicando, para aquele momento, a confluência de atuação entre estas duas organizações. (MESA..., 2001a, p.8).

O jornal La Nación retrata o evento com uma matéria intitulada Reclamo por una política agropecuaria.

Sin incidentes: se realizó ayer un acto en la Plaza de Mayo que reunió a unas 300 personas, convocado, entre otras entidades por la Federación Agraria.

En reclamo por “la falta de una política agropecuaria nacional” y la difícil situación en la que se encuentran los pequeños productores, diferentes entidades del agro realizaron ayer un acto en la Plaza de Mayo.

[...]

La convocatoria efectuada por la Mesa Nacional de Organizaciones de Productores Familiares, de la cual forma parte la Federación Agraria Argentina, contó con el apoyo del Congreso de los Trabajadores Argentinos (CTA) tuvo el apoyo de cerca de 300 personas.

Luego del acto el diputado frepasista Humberto Volando [ex-presidente da FAA, 1971-1996, 25 anos] comentó a La Nación que “miles de pequeños productores han perdido sus tierras, otros las tienen hipotecadas y si no reciben ayuda también las perderán”. (RECLAMO..., 1998).

O documento de síntese da atuação da Mesa Nacional assim representou este evento:

El 8 de setiembre de 1998. Día del Agricultor, constituyó la primera “Jornada de Lucha” en todo el país; en la Plaza de Mayo de la ciudad de Buenos Aires y en más de 30 lugares de todo el territorio, los productores y sus familias estuvieron presentes para hacer oír sus reclamos. La solidaridad ante las amenazas de expulsión de la tierra y la necesidad de políticas más justas unió a los santiagueños de La Simona, con los misioneros de El Soberbio y Wanda, los jujeños de Tumbaya, los bonaerenses de Parque Pereyra Iraola, los crianceros de Neuquén, etc. (MESA..., 2001a, p.2).

Manzanal (2002), evidenciando a importância da participação de representantes da Mesa Nacional nos diferentes fóruns de discussão de políticas públicas e nas manifestações e protestos, destaca eventos ocorridos no ano de 1999.

Por ejemplo en el paro nacional y marcha del 21 de julio de 1999, donde la clave simbólica era llegar a la Capital Federal, a la Plaza de Mayo, para mostrarse y sensibilizar a los referentes nacionales de la difícil realidad del campo argentino y de las economías regionales, siempre ausente de las políticas nacionales. La

presencia de la Mesa en esta manifestación llevó consigo la representatividad de las organizaciones y de los movimientos sociales más alejados y con mayores dificultades para acceder a la Capital Federal. (MANZANAL, 2002, p. 581, grifos nossos).

A síntese das atividades realizadas pela Mesa Nacional durante estes anos (1995-2001) permite observar a relação estabelecida com os agentes estatais localizados nas estruturas governamentais responsáveis pela política setorial. No legislativo, o contato, as reuniões e os debates com deputados e senadores do Congreso de la Nación; no executivo, reuniões com dirigentes de órgãos e com responsáveis de programas nacionais, que pareciam ter a Mesa Nacional como um interlocutor que representaria as populações com que atuavam. Entre outras atividades relatadas na síntese, destaco a reunião ocorrida em 10 de maio de 2000, com deputados e seus assessores, para discutir a necessidade de uma lei de “Política diferenciada para los productores familiares”.

## **5 PRINCIPAIS PROPOSTAS DA MESA NACIONAL DE ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES FAMILIARES**

A análise do conjunto das proposições realizadas pela Mesa Nacional ao longo dos seus anos de funcionamento, permitem-nos identificar quatro grandes campos de atuação. São eles:

- a) reivindicação principal: estabelecimento de políticas diferenciadas para os produtores familiares/agricultores familiares, com a criação de registros que contribuíssem para a identificação e o (re)conhecimento desses beneficiários;
- b) processo de formulação e execução da política pública: participação das organizações representativas dos produtores/agricultores familiares na decisão e na execução da política pública diferenciada;
- c) diagnóstico sobre a ação governamental: crítica à estrutura governamental existente, com a identificação da superposição dos diferentes programas e a proposição de criação de uma estrutura específica;
- d) instrumentos: apresentação de um rol de diferentes instrumentos visando à execução da política diferenciada.

No mês de novembro de 1997, por ocasião do 4º Encuentro Nacional de Organizaciones de Productores Familiares e do lançamento do documento intitulado “Lineamientos Estratégicos e Instrumentos Específicos de Apoyo a la Producción Familiar en el Agro de Argentina”, este conjunto de proposições já se encontrava configurado.

Sobre os três primeiros itens acima mencionados, consta do documento Declaración:

La exclusión provocada por la política macroeconómica no alcanza a ser atenuada por la multiplicidad y superposición de Programas

dirigidos a los productores familiares y pobres rurales<sup>[32]</sup>. Sobran iniciativas, pero falta una Política Diferenciada coherente, de largo plazo, que reconozca y potencie nuestras capacidades, nuestras posibilidades de adaptación y las características propias de un trabajo que no busca la ganancia ciega sino el bien común. (MESA..., 1997a, grifo nosso).

Em consequência, a Mesa Nacional propõe a alteração do marco institucional:

En la Secretaria de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentación, la creación de:

- Un organismo de coordinación de los diversos Programas de Intervención existentes.
- Un mecanismo de elaboración y ejecución de Políticas Diferenciadas que coordine su aplicación adaptada a las distintas realidades, en el marco de Planes Regionales de Desarrollo. (MESA..., 1997a, grifos no original).

As organizações integrantes da Mesa Nacional reivindicavam a criação de um Programa Nacional<sup>33</sup> voltado aos produtores familiares, implementando políticas diferenciadas para este setor social. Este Programa Nacional deveria ser coordenado a partir de uma estrutura específica, localizada na Secretaria de Agricultura do Ministério da Fazenda.

La lógica de establecer Políticas Diferenciadas en el marco de un Programa Nacional y proyectos específicos en su contexto permite llegar más directamente a los productores familiares, facilitando la evaluación y corrección continua de las acciones, cuantificando las relaciones costo/beneficio para los productores y para el conjunto de la sociedad, etc. Por eso la participación de éstos a través de sus organizaciones representativas es un requisito básico para corregir la marcha de los proyectos.

Si lo anterior se comparte, resulta indiscutible la importancia de contar en primer lugar con una identificación muy precisa de la “población objetivo”, para lo cual se proponen [...] un conjunto de elementos base a tener en cuenta en la caracterización de un sector que, como el de los productores familiares, es sumamente heterogéneo. (MESA..., 1997b, grifo no original).

O documento “Lineamientos Estratégicos...” (MESA..., 1997b) é mais preciso na explicitação das propostas dirigidas ao governo:

[...] Solicitar la creación en el ámbito de la Secretaria de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentación de una Comisión de

<sup>32</sup> À época, a referência é realizada, principalmente, aos seguintes programas: Programa Social Agropecuário, Câmbio Rural, Unidade de Minifúndio, Pró-Horta. O primeiro programa listado sob a responsabilidade da Secretaria de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentación, e os três programas seguintes sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA).

<sup>33</sup> No ano de 2001, nos documentos da Mesa Nacional esta reivindicação surge como demanda de um “Programa Nacional de Desarrollo”: “La necesidad de un enfoque integral de la problemática específica de los productores familiares y la exigencia de propuestas coordinadas desde el sector público, requiere pensar en POLITICAS DIFERENCIADAS enmarcadas en un Programa Nacional de Desarrollo. El hecho de que ninguno de los organismos ni de los programas actualmente en ejecución se encuentra en condiciones de abarcar la complejidad y heterogeneidad de las demandas de los productores familiares requiere pensar en una nueva institucionalidad a fin de promover el desarrollo rural.” (MESA..., 2001a, p. 4, grifo no original).

Políticas Diferenciadas (con integración de las organizaciones de productores familiares representativas) que discuta y elabore una propuesta de:

- a. Elementos para la caracterización de la producción familiar y un sistema nacional de inscripción o registro, con sus equivalentes provinciales. Teniendo en cuenta su heterogeneidad, el mismo deberá solicitar la información básica para una adecuada caracterización de los distintos tipos de productores familiares.
- b. Un Programa Nacional de Políticas Diferenciadas para los Productores Familiares.
- c. Una base institucional para la ejecución del Programa en forma coordinada a fin de responder a las diversas realidades provinciales, evitando superposiciones de cualquier índole con otros programas de carácter nacional, regional o provincial.

[...] Crear un Banco de Datos donde se incluya esa información a fin de facilitar el planeamiento y la adecuada distribución de los recursos dirigidos a los productores familiares. (MESA..., 1997b, grifos nossos).

Ressalto a proposta de criação de um sistema nacional de registro, pois ela indica o surgimento do que virá a ser o registro de agricultores familiares. Presente neste documento de 1997, a proposta de registro ressurgirá no âmbito das ações da REAF, uma década mais tarde.

[...] la implementación y seguimiento de estas Políticas Diferenciadas impone la creación de un registro de explotaciones agropecuarias permanentemente actualizado, confeccionado en base a declaraciones juradas y sujeto a control mediante mecanismos de inspección rigurosa, con participación de las organizaciones representativas de los productores. (MESA..., 1997b, grifos nossos).

A descrição da proposição acima reproduzida, poderíamos questionar, não se aplicaria a Declaração de Aptidão ao Pronaf, a DAP “brasileira”<sup>34</sup>? Mais uma vez, ao que tudo indica, não é simples coincidência. O contato entre as diversas organizações de agricultores familiares, em andamento, à época, no âmbito da Coprofam, é a origem da troca de ideias e informações sobre as políticas públicas em execução ou em gestação nos países constituintes do Mercosul, bem como a base para a formulação de propostas conjuntas entre as organizações rurais desses países.

Tal como abordado no capítulo anterior, a reivindicação das organizações rurais para a caracterização da produção familiar e o estabelecimento de um sistema de registros nacional, reforçam o anteriormente tratado em relação a pesquisa FAO/INCRA, enquanto uma demanda para a produção de legibilidade, não sendo esta, no caso, expressão unilateral de um Estado centralizado (Schuch, 2015, p. 123). Nos anos 2000, vários estudos serão produzidos pelos organismos

<sup>34</sup> Alberto Broch faz referência à Carta de Aptidão ao Pronaf, que antecedeu à DAP, e que tinha por função, entre outras, garantir que apenas agricultores familiares tivessem acesso à política pública, evitando que os recursos obtidos pela mobilização fossem desviados para os “grandes”. (Alberto Broch, comunicação pessoal, 15 de julho de 2017).

estatais visando a caracterização e quantificação da agricultura familiar na Argentina, a exemplo de Soverna et al. (2008) e Obschatko (2009).

Por fim, em atenção ao item 4 anteriormente apontado, a proposição de instrumentos para a execução da política diferenciada também expressa o diálogo com o movimento sindical rural brasileiro. Nos documentos da Mesa Nacional publicados nesta época (MESA..., 1997a; MESA..., 1997b), são listados:

- a) política de terras;
- b) política de preços;
- c) política de investimento e financiamento;
- d) política de geração e transferência de tecnologia;
- e) política de educação e capacitação;
- f) política de apoio fiscal;
- g) política de seguro agrícola e emergência agropecuária;
- h) política de fomento à organização dos produtores familiares.

Para evidenciar este diálogo, no qual a Coprofam foi o espaço privilegiado de discussão, cabe esclarecer que, nesta época, a Coordenadora promovia ao menos duas reuniões anuais, além de seminários tratando de temas específicos. Tendo sido formalizada a sua criação em agosto de 1994, em sua reunião de maio de 1996 – dezoito meses depois –, em Rosário, ao tratar de seu plano de ação, a Coprofam expressava a necessidade de “[a]vanzar con urgencia en la definición de agricultura familiar y su caracterización. Plazo máximo de 6 meses para coordinar una propuesta compartida”<sup>35</sup>. Na reunião seguinte, realizada na mesma cidade de Rosário, em 16 de outubro de 1996, a Coprofam emite a Declaración de Rosario, onde consta:

Desde su creación hasta el presente, la Coordinadora ha desarrollado múltiples actividades de elaboración y gestión de propuestas, participación en instancias oficiales, formación de dirigentes e intercambios dentro y fuera de la región, culminando con la preparación del Documento que hoy se presenta ‘Caracterización de la agricultura familiar y propuesta de políticas diferenciadas’. (COPROFAM, Declaración de Rosário, 1996, grifos nossos<sup>36</sup>).

Saliente-se que para subsidiar esta decisão a Contag apresentou à reunião o documento intitulado “Políticas diferenciadas para la Producción Familiar en la Integración Regional”, explicitando que ele era fruto do acúmulo do Grupo de Trabalho sobre Mercosul da CUT e da Contag. (CONTAG, 1996)

Note-se, a Coprofam conforma seu entendimento sobre agricultura familiar, formalizando-o em um documento e divulgando sua existência em uma Declaração, menos de quatro meses após a edição do decreto do Pronaf<sup>37</sup>, que

<sup>35</sup> COPROFAM. **Conclusiones de los grupos de trabajo del día 10 a la tarde y día 11 a la mañana**. Rosario, maio de 1996. (Registro de reunião, arquivo eletrônico).

<sup>36</sup> COPROFAM. **Declaración de Rosário**. Rosário, 16 de outubro de 1996. (Declaração, arquivo eletrônico).

<sup>37</sup> Primeiramente, o Pronaf é instituído pela Resolução do Banco Central do Brasil n° 2.191, de 24 de agosto de 1995, anteriormente citada, tendo sua execução iniciada na safra 1995/96. E, no ano de 1996, é editado o Decreto n° 1.946, de 28

havia sido publicado no dia 28 de junho de 1996. Esses movimentos demonstram a estreita relação de diálogo entre as organizações rurais no âmbito do Mercosul, ocorridas no espaço da Coprofam, e sua incidência sobre as iniciativas políticas dirigidas à sociedade e aos governos nacionais. Esse acúmulo da Coprofam orientará a formulação pela Mesa Nacional de Organizações de Produtores Familiares da Argentina, no ano de 1997, de seu documento “Lineamientos Estratégicos e Instrumentos Específicos de Apoyo a la Producción Familiar en el Agro de Argentina”, contendo o conjunto de propostas apresentadas na primeira parte deste item.

Nas palavras de Carlos Carballo, assessor dessa instância;

Nosotros adoptamos, sentimos que seguir hablando de campesinos, minifundistas, pequeños productores y todo eso, que lo que hacía era dificultar la visibilización de una problemática que era compleja pero que tenía muchos aspectos familiares y que hacía el conjunto de la sociedad mucho más claro, más visible. La propuesta de presentarlo como un sector uniforme que tenía como característica fundamental tal, tal y tal... más allá de las diferencias internas. Y ahí ese es el momento en que asumimos, varios otros países también sintieron, pensando en el conjunto de la sociedad más que en el propio sector, que era útil, que era funcional esto que Brasil se estaba discutiendo en este momento. Lo estaba discutiendo la Contag, lo estaba discutiendo la CUT. Y nosotros tuvimos todos estos documentos de discusión. (Carlos Carballo, comunicação pessoal, 3 de maio de 2017, grifos nossos)

## 6 A MESA NACIONAL, A FEDERACIÓN AGRARIA ARGENTINA E DEMAIS ORGANIZAÇÕES RURAIS

Há registros de atividades relacionadas à Mesa Nacional ou publicações em que a filiação à Mesa é expressa, até o ano de 2003<sup>38</sup>. No entanto, Carlos Carballo registra o seu funcionamento até o ano de 2001<sup>39</sup>.

Como referido anteriormente, nos sete anos de funcionamento da Mesa Nacional houve diferentes composições das entidades participantes. O esforço de ampliação de sua representatividade, com a busca de adesão de novas

---

de junho de 1996, criando o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, base legal superior para a execução do programa para a safra 1996/97.

<sup>38</sup> São os casos, por exemplo, de Coordinadora... (2002) e Biodiversidad... (2003). O primeiro documento trata-se de um texto de apoio a um curso de formação, intitulado “Políticas diferenciales positivas para los productores familiares”, publicação conjunta do Movimiento Agrario Misionero, da Federación Correntina de Asociaciones y Organizaciones de Productores Familiares, e do Movimiento Campesino de Formosa, enquanto organizações componentes da Coordinadora Campesina del Nordeste, que se reivindicam enquanto membro da Mesa Nacional de Organizaciones de Productores Familiares. Plumed-Méndez (2004) aborda a saída das organizações do nordeste argentino MAM, MOCAFOR e APPC de Corrientes da Mesa Nacional, que teria ocorrido em 2002, “como consecuencia de diferencias metodológicas de construcción” (p. 43). No segundo caso, trata-se da convocação de uma Jornada de Encontro e Resistência da Mesa Nacional, marcada para o dia 12 de outubro de 2003, nos marcos da campanha intercontinental do Grito dos Excluídos. Aqui, mais do que a referência aos produtores familiares ou agricultores familiares, a ênfase é nos campesinos e indígenas. As consignas rechaçam a ALCA e a OMC, defendendo a segurança alimentar e a soberania nacional.

<sup>39</sup> Carlos Carballo, comunicação pessoal, 3 de maio de 2017.

organizações, foi acompanhado pelo afastamento de outras, resultado de divergências surgidas em razão do posicionamento político adotado por estas – ou a falta deste posicionamento (atribuído pelas organizações que ficaram).

O processo de constituição de organizações duradouras, que fossem representativas dos produtores, agricultores e/ou camponeses argentinos, tem sua expressão primeira na fundação da Federación Agraria Argentina, ocorrida no ano de 1912. Portanto, há mais de cem anos. Depois deste período, o mais expressivo movimento de organização de agricultores e camponeses ocorre na primeira metade dos anos 1970, com a formação das Ligas Agrárias. Essa experiência abrangeu principalmente as províncias do nordeste argentino (Chaco, Corrientes, Formosa, Santiago del Estero, Misiones) a partir de uma atuação do Movimento Rural de Ação Católica. Também na região pampeana (exemplo de Santa Fé e Córdoba) foram constituídas Ligas Agrárias. A ditadura militar implantada em março de 1976 promoveu uma forte repressão sobre este movimento, que praticamente dizimou as Ligas. Com o fim do regime ditatorial, em 1983, iniciou-se um lento processo de reconstrução das referências movimentistas dos anos anteriores. Então, o quadro existente a partir da primeira metade da década de 1990 foi composto por organizações e movimentos de diferentes origens e tradições: primeiramente, pela presença da Federación Agraria Argentina, que se manteve ativa no período militar; em segundo lugar, por organizações herdeiras do processo das Ligas Agrárias, reivindicando ou não essa origem; em terceiro lugar, por organizações de agricultores e camponeses engajados em trabalhos promovidos por organizações não governamentais (ONG); e, mais recentemente, organizações rurais resultantes da ação de políticas governamentais, sejam aquelas de promoção ao associativismo e ao cooperativismo, sejam políticas que pressupunham a existência de uma associação ou cooperativa como condição para o acesso à política pública. Exceto a Federación Agraria, com forte inserção na região pampeana, as demais organizações e movimentos rurais têm uma forte presença e inserção na região nordeste e na região noroeste da Argentina.

Ao que parece, a constituição de uma instância como a Coordinadora Campesina del Nordeste, reunindo, entre outras organizações, o Movimiento Agrario Misionero (MAM), a Federación Correntina de Asociaciones e Organizaciones de Productores Familiares, o Movimiento Campesino de Formosa (Mocafor), reflete este processo de articulação regional e busca de incidência na política nacional.

Uma primeira cisão ocorre na Mesa Nacional com o afastamento da Federación Agraria.

Ryan e Bergamín (2011) abordam este processo indicando, primeiramente, a saída da FAA, e, alguns anos mais tarde, a divisão das organizações que compunham a Mesa Nacional em dois campos.

Tres años después [da fundação da Mesa Nacional], la articulación asume sus profundas diferencias, decidiendo seguir su camino solas, sin el lastre que significaba la falta de compromiso de la Federación Agraria Argentina. Años después “la Mesa” se fragmenta, conformándose dos núcleos ideológicos o estratégicos principales, a los que no adhirieron la totalidad de las organizaciones participantes en aquel momento. Uno de ellos se alineó dentro de la órbita de la Central de Trabajadores Argentinos

–en la que también estaba la FAA– otras conformaron posteriormente el “Movimiento Nacional Campesino e Indígena”; algunas fueron perdiendo identidad. (RYAN; BERGAMÍN, 2011)

Ryan e Bergamín (2011) identificam os dois campos como sendo, de um lado, os pró-campesinistas e, de outro, os pró-agricultura familiar. Os autores não aprofundam a caracterização desses campos ou a sua gênese<sup>40</sup>.

A experiência da Mesa Nacional de Organizações de Produtores Familiares, com a complexa relação estabelecida entre seus componentes ao longo dos anos de funcionamento, em que uma pequena parte foi aqui explorada, demonstra a riqueza do processo social desenvolvido na Argentina entre as organizações e movimentos sociais rurais. Logo após esse período de funcionamento da Mesa, a criação da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (REAF), por iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil, promove, na Argentina, o revigoramento do debate iniciado já há alguns anos no âmbito da Mesa Nacional., agora envolvendo agentes de estado e estudiosos do rural, que conformarão a categoria agricultura familiar para além dos espaços dos movimentos sociais.

A dinâmica deste processo adquirirá características diferentes a partir do governo de Néstor Kirchner e, na sequência, no governo de Cristina Kirchner. O embate entre o governo de Cristina e as entidades patronais agropecuárias (FAA presente) levará a busca de uma aliança privilegiada com organizações e movimentos sociais rurais, articulados no “Foro Nacional de la Agricultura Familiar” (FoNAF), primeiramente, e, após, na “Federación de Organizaciones Nucleadas de la Agricultura Familiar” (FONAF), que reúne mais de meio milhão de organizações e movimentos sociais rurais.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de documentos produzidos ao longo dos anos 1990, seja pela RIAD, pela Coprofam, pela Contag (Brasil) ou pela Mesa Nacional de Organizações de Produtores Familiares (Argentina), em que participaram dirigentes de organizações rurais dos países constituintes do Mercosul, permitiu observar que os termos dos debates empreendidos nesses espaços demonstram uma convergência neste diálogo que definiu campos de possibilidades, unificou compreensões, estabeleceu eixos e bandeiras para atuação junto às estruturas governamentais nacionais e regional (Mercosul). No caso da Argentina, a constituição e o funcionamento da Mesa Nacional forjaram uma compreensão comum entre diversas organizações de base regional que buscavam um esforço de incidência sobre a política nacional. Este esforço empreendido pelas organizações rurais da Argentina, mas também do Brasil, do Uruguai e do Paraguai, citando apenas a composição original do Mercosul, encontra no termo agricultura familiar a expressão desses projetos compartilhados.

<sup>40</sup> O documento final da “Asamblea 2001” da Mesa Nacional, realizada no mês de setembro de 2001, inicia afirmando: “Nosotros y nosotras, mujeres y hombres **campesinos e indígenas...**”, indicando, parece-me, o alinhamento de sua coordenação – à época – ao campo pró-campesinista, nos termos de Ryan e Bergamín (2011). (MESA..., 2001b, grifos nossos)

---

Sem desmerecer o protagonismo do Brasil como impulsionador da difusão da categoria agricultura familiar entre os países do Mercosul e da América Latina, principalmente após a criação da REAF, no ano de 2004, penso que fica evidente que as organizações e os movimentos rurais mantiveram forte articulação ao longo dos anos 1990, onde o termo agricultura familiar teve ampla circulação e foi fonte de preocupação no sentido de precisar sua definição e seus usos para fins de demandas de políticas públicas diferenciadas junto aos setores governamentais nacionais e no espaço regional do Mercosul.

A contribuição singular aportada pelo Brasil para este conjunto de lideranças rurais do Mercosul, durante os anos 1990, talvez encontre sua melhor expressão na oportunidade de exercitar a aplicação de uma política diferenciada para um público específico, consubstanciada no Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Os ensinamentos e as experimentações de política pública proporcionados pelo Pronaf, creio, orientaram e fortaleceram os posicionamentos internos, nacionais, deste conjunto de organizações rurais.

---

## Rural social movements in the constitution of the family farming category in Argentina

### ABSTRACT

Family farming, a term that has been widely used in the countries of Mercosur and Latin America, has in Brazil an important driver of this diffusion, with uses in the field of public policies, as well as among researchers and rural social movements. In Argentina, the institutionalization of this category at the state level is attributed to the Brazilian role in the creation, in 2004, of the Specialized Meeting on Family Agriculture - REAF -, the official instance of Mercosur. However, since the first half of the 1990s, a strong relationship between organizations representing farmers in the countries was already underway and the foundation of the Coordinator of Mercosur Family Producers' Organizations - Coprofam - is an expression of those ongoing initiatives. The dialogue between rural social organizations and movements in the four countries subsidized the internal action, within the scope of national states, of these organizations and movements. The establishment, in Argentina, of the National Table of Organizations of Family Producers, in 1995, occurs within the scope of this dialogue. Based on the analysis of documents produced by these instances of articulation, this paper seeks to present some elements of this established dialogue process, highlighting the effort that the expression of shared projects finds in the term family farming.

**KEY WORDS:** Family farming; rural social movements; public policy; Mercosur; REAF.

## REFERÊNCIAS

BELEM, Régis da Cunha. A construção da categoria agricultura familiar no Mercosul: um estudo a partir dos casos do Brasil e da Argentina. Tese. Doutorado em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Porto Alegre: UFRGS, 2019.

BERNSTEIN, Henry. Food regimes and food regime analysis: a selective survey. [S.l.]: BRICS Initiatives in Critical Agrarian Studies (BICAS), 2015. (Working paper 2).

BIDASECA, Karina Andrea. Colonos Insurgentes: discursos heréticos y acción colectiva por el derecho a la tierra. Argentina, 1900-2000. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Buenos Aires, Buenos Aires, 2005.

BRASIL. Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Propostas e recomendações de política agrícola diferenciada para o pequeno produtor rural. Brasília: MAARA, 1994.

CASTRO, Natalia Lopez. Agricultura familiar (Argentina, 2000-2019). Verbete. In: MUZLERA, Jose. Diccionario del Agro Iberoamericano. 2a edição. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Jose Muzlera, 2020, p. 37-47.

CENTRO DE ESTUDIOS Y PROMOCION AGRARIA - CEPA. La Red Interamericana de Agriculturas y Democracia - RIAD. Buenos Aires, s/d.

CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS, 5., 1991, Brasília. Anais. Brasília: Contag, 1991.

COORDINADORA Campesina del Nordeste. Políticas diferenciales positivas para los productores familiares. Curso de Formación 2002. MAM/FAC/Mocafor, [S.l.], 2002. (Texto de apoio).

BIODIVERSIDAD en América Latina y el Caribe. Argentina: encuentro de campesinos y productores. Jornada de Encuentro y Resistencia de la Mesa Nacional de Productores Familiares. [S.l.], 3 oct. 2003. Disponível em: [http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/Noticias/Argentina\\_Encuentro\\_de\\_campesinos\\_y\\_productores](http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/Noticias/Argentina_Encuentro_de_campesinos_y_productores). Acesso em: 16 fev. 2018.

CRAVIOTTI, Clara. La situación actual de la agricultura familiar en Argentina: ¿Fortalecimiento institucional y debilitamiento estructural? XXIX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, 2013.

ENCONTRO FRONTEIRIÇO DE ORGANIZAÇÕES RURAIS, 22-24 mar. 1991, Santo Cristo (RS). [Relatório]. Porto Alegre: CUT Nacional; Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1991.

FRIEDMANN, Harriet. From colonialism to green capitalism: social movements and emergence of food regimes. *Research in Rural Sociology and Development*, [S.l.], v. 11, p. 227-264, 2005.

FRIEDMANN, Harriet; McMICHAEL, Philip. Agriculture and the state system: the rise and fall of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia Ruralis*, Assen, v. 29, n. 2, p. 93-117, 1989.

GISCLARD, Marie; ALLAIRE, Gilles e CITTADINI, Roberto. Proceso de institucionalización de la agricultura familiar y nuevo referencial para el desarrollo rural en Argentina. *Mundo Agrario*, v. 16, n. 31, 2015.

IGLESIAS, Jorge. Políticas diferenciadas. *Clarín Rural*, Buenos Aires, 23 nov. 1997. Disponível em: <http://edant.clarin.com/suplementos/rural/1997/11/23/nota7.htm>. Acesso em: 13 fev. 2018.

MANZANAL, Mabel. Instituciones y gestión del desarrollo rural en Argentina. *Economía, Sociedad y Territorio*, [S.l.], v. 3, n. 12, p. 557-591, 2002.

McMICHAEL, Philip. Food regimes and agrarian questions. Winnipeg: Fernwood, 2013.

McMICHAEL, Philip. A food regime genealogy. *Journal of Peasant Studies*, London, v. 36, n. 1, p. 139-169, 2009.

McMICHAEL, Philip. A global development and the corporate food regime. *Research in Rural Sociology and Development*, [S.l.], v. 11, p. 265-299, 2005.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. Agricultura familiar no Brasil: aspectos da formação de uma categoria política. In: MANZANAL, Mabel; NEIMAN, Guillermo (comp.). *Las agriculturas familiares del Mercosur: trayectorias, amenazas y desafíos*. Buenos Aires: Ciccus, 2010. p. 131-152.

MESA Nacional de Organizaciones de Productores Familiares: tierra, trabajo y justicia. Declaración: 4° Encuentro Nacional. Buenos Aires: MAM/Mocase/FAA/Carpa/APF, nov. 1997a.

MESA Nacional de Organizaciones de Productores Familiares: tierra, trabajo y justicia. Lineamientos estratégicos e instrumentos específicos de apoyo a la producción familiar en el agro de Argentina. [Buenos Aires:] CEPA/RIAD, nov. 1997b.

MESA Nacional de Organizaciones de Productores Familiares: tierra, trabajo y justicia. Periódico, ano 1, n. 1, sept. 2000.

MESA Nacional de Organizaciones de Productores Familiares: tierra, trabajo y justicia. Síntesis de sus objetivos, propuestas y principales actividades: 1995-2001. Buenos Aires, agosto 2001a.

MESA Nacional de Organizaciones de Productores Familiares. Asamblea 2001. Parque Pereira, sept. 2001b.

PLUMED MÉNDEZ, Jorge. Análisis de la gestión de los recursos hídricos en la cuenca del río Pichanas. Barcelona: Escola Tècnica Superior d'Enginyers de Camins, Canals i Ports de Barcelona (Enginyeria de Camins, Canals i Ports), 2004. Disponible em:  
<https://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2099.1/3310/32052-8.pdf?sequence=8&isAllowed=y>. Acceso em: 16 fev. 2018.

PRIMER Encuentro Nacional de Organizaciones de Pequeños y Medianos Agricultores. Rosario, nov. 1995.

RECLAMO por una política agropecuaria. La Nación, [S.l.], 9 sept. 1998. Disponible em: <<https://www.lanacion.com.ar/109956-reclamo-por-una-politica-agropecuaria>>. Acceso em: 15 fev. 2018.

REDE INTERAMERICANA AGRICULTURA E DEMOCRACIA – RIAD. Argentina al día (Separata para Argentina del Boletín de la Red Interamericana de Agriculturas y Democracia), Buenos Aires, n. 11, feb./marzo 1996.

REDE INTERAMERICANA AGRICULTURA E DEMOCRACIA – RIAD. Argentina al día (Separata para Argentina del Boletín de la Red Interamericana de Agriculturas y Democracia), Buenos Aires, n. 8, feb./marzo 1995.

REDE INTERAMERICANA AGRICULTURA E DEMOCRACIA - RIAD. Argentina al día (Separata para Argentina del Boletín de la Red Interamericana de Agriculturas y Democracia), Buenos Aires, n. 4, feb./marzo 1994a.

REDE INTERAMERICANA AGRICULTURA E DEMOCRACIA – RIAD. Argentina al día (Separata para Argentina del Boletín de la Red Interamericana de Agriculturas y Democracia), Buenos Aires, n. 5, abr./mayo 1994b.

REDE INTERAMERICANA AGRICULTURA E DEMOCRACIA - RIAD. Argentina al día (Separata para Argentina del Boletín de la Red Interamericana de Agriculturas y Democracia), Buenos Aires, n. 6, agosto/sept. 1994c.

REDE INTERAMERICANA AGRICULTURA E DEMOCRACIA – RIAD. RIAD al día. Boletín de la Red Interamericana Agricultura y Democracia, [S.l.], n. 5-6, nov./93-marzo/1994.

RYAN, Silvia Laura; BERGAMÍN, Gerardo. Estudio sobre la institucionalidad y las políticas públicas de agricultura familiar y desarrollo rural en Argentina. In: UNC/FCA. Compendio Bibliografico de Extension Rural. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba/Facultad de Ciencias Agropecuarias, 2011. (Working Paper).

SANTOS, Manoel José. Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 225-238, 2001.

SCOTT, James. Seeing Like a State. New Haven and London, Yale University Press, 1998.

SEGUNDO Encuentro Nacional de Organizaciones de los Agricultores Familiares. Rosario: FAA, mayo 1996.

**Recebido:** 13 out. 2020.

**Aprovado:** 10 nov. 2020.

**DOI:** 10.3895/rbpd.v9n5.13519

**Como citar:** BELEM, R. C. Movimentos sociais rurais na constituição da categoria agricultura familiar na Argentina. **R. bras. Planej. Desenv.**, Curitiba, v. 9, n. 5, p.897-933, Edição Especial Agricultura Familiar no Mercosul, dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd>>. Acesso em: XXX.

**Correspondência:**

Regis da Cunha Belem

Avenida Silvio Américo Sasdelli, 1842 - Bairro Itaipu A, Edifício Comercial Lorivo,

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

